

idade Habitacional Acessível Prêmio Gestão Pública
Redes de Cooperação Programa Gestão Pública e Cidadania
do conhecimento Uma política ciclo de premiação 2003
ajudando a construir um país mais justo Belo Horiz
Jedo do Tabocal, BA Saúde da Família Conheciment
Soro, Raízes e Rezas Benvinda - Centro de Apoio
onsenhor Gil, PI A arquitetura da inclusão Campi
bem cuidados e lucrativos O soro bendito Prêmio
buco Os agricultores da água Saúde em grande esca
Desenvolvimento Sustentável Programa Campos Natur
Parque Indígena do Xingu Ciclo de Premiação 200
Classe Hospitalar Estudiar não dói Governos loca
a Privativa de Liberdade Maranguape, CE Oficina-
Ouvidoria em Saúde Pública Manejo Agroambiental
Lajes, SC Biblioteca Itinerante Parnaíba, SP Biblioteca Iti
exército da limpeza Florianópolis, SC Bons negóci
Loteamentos de Habitação de Interesse Social Cla
A memória em boas mãos Computador não é luxo Vid
Pandéia Justiça Cidadã Manejo Agroambiental A ar
Unidade Habitacional Acessível Rede de Cooperação
Estudar não dói Maranguape, CE Pena Privativa de L
Interesse Social Prêmio Gestão Pública e Cidadania
São Paulo, SP Pesquisa, Prevenção e Intervenção
ontas Públicas Uma política para a igualdade Laj
ther Lajedo do Tabocal, BA Vida nova no sertão
Professores do Parque Indígena do Xingu Ciclo
Histórias de um Brasil que funciona Consórcio Inter
Londrina, PR Campos Naturais do Planalto Serrano
São Paulo, SP A arquitetura da inclusão Program
Ciclo de Premiação 2003 Ouvidoria em Saúde Públi
cao de Professores Rio Grande do Sul Itaúna, MG
ecentro - Inclusão Digital Democratizando o Conhe
ca Cidadã Maricultura Pesquisa, Prevenção e Inter
eto Alegre, RS Vida nova no sertão Exemplo de rec
nta Catarina Kaingang Uma questão de toda a tribo
dos para o cidadão Pandéia Um celeiro de coopera
cina-Escola de Artes e Ofícios O tribunal que ens
Via rápida para a cidadania Santana de Parnaíba,
exército da limpeza Florianópolis, SC Bons negóci
Biblioteca Itinerante Loteamentos de Habitação de
, SC Um celeiro de cooperação Computador não é lu

Histórias de um BRASIL que funciona

**Governos locais ajudando a
construir um país mais justo**

Textos:

Hélio Batista Barboza

(a partir das informações fornecidas
pelos finalistas e dos relatórios de
visita de campo elaborados
pelos pesquisadores do
Programa Gestão Pública e Cidadania)

Projeto gráfico e capa:

Liria Okoda

Foto da capa:

Artesanato de ostras - Florianópolis

Impressão:

Gráfica Dedone

Impresso em novembro de 2003

São Paulo, SP

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl A. Boedecker da Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

*Programa Gestão Pública e Cidadania – Histórias de um Brasil que funciona –
2003 / São Paulo:*
Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.
96p.

ISBN 85-87426-10-9

1. Administração Pública – Brasil. 2. Políticas Públicas – Brasil. 3. Go-
verno Local – Brasil. I. Programa Gestão Pública e Cidadania.

CDU – 35 (81)



Sumário

Apresentação **pág. 05**

Belo Horizonte – MG	Uma política para a igualdade pág. 09
Campinas – SP	Saúde em grande escala pág. 13
Ceará	Ouvidos para o cidadão pág. 17
Florianópolis – SC	Os agricultores da água pág. 21
Itaúna – MG	Exemplo de recuperação humana pág. 25
Lajedo do Tabocal – BA	Vida nova no sertão pág. 29
Lajes – SC	Pastos bem cuidados e lucrativos pág. 33
Londrina – PR	Uma questão de toda a tribo pág. 37
Maranguape – CE	O soro bendito pág. 41
Monsenhor Gil – PI	A trupe do conhecimento pág. 45
Parque Indígena do Xingu	Um país chamado Xingu pág. 49
Pernambuco	O tribunal que ensina pág. 53
Porto Alegre – RS	A arquitetura da inclusão pág. 57
Recife – PE	Via rápida para a cidadania pág. 61
Recife – PE	O exército da limpeza pág. 65
Ribeirão Preto – SP	Estudar não dói pág. 69
Rio Grande do Sul	Bons negócios na rede pág. 73
Santa Catarina (intermunicipal)	Um celeiro de cooperação pág. 77
Santana do Parnaíba – SP	A memória em boas mãos pág. 81
São Paulo – SP	Computador não é luxo pág. 85

Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania
Publicações



Histórias de um Brasil que funciona

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO

As 20 histórias deste livro descrevem as experiências finalistas do ciclo de premiação de 2003 do Programa Gestão Pública e Cidadania, uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Programa funciona desde 1996, com o objetivo de premiar e disseminar práticas inovadoras de governos estaduais e municipais, bem como das organizações próprias dos povos indígenas.

Embora sejam de diversas regiões do país e procurem atender a diferentes demandas da população, há vários pontos em comum entre as experiências. Por exemplo: todas as iniciativas apresentadas:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;
- 3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando à auto-sustentabilidade.

Isso acontece porque o Programa Gestão Pública e Cidadania baseia-se nas qualidades acima para identificar as experiências inova-

- 
- 1 Benvinda - Centro de Apoio à Mulher ... pág. 07
- 2 Programa Paidéia de Saúde da Família ... pág. 11
- 3 Sistema de Ouvidoria em Saúde Pública do Estado ... pág. 15
- 4 Desenvolvimento Sustentável da Maricultura do Município de Florianópolis ... pág. 19
- 5 Humanização da Pena Privativa de Liberdade ... pág. 23
- 6 Programa de Manejo Agroambiental em Microbacias do Rio Jiquiriçá ... pág. 27
- 7 Programa Campos Naturais do Planalto Serrano Catarinense ... pág. 31
- 8 Projeto de Pesquisa, Prevenção e Intervenção sobre o Uso de Bebidas Alcoólicas e Alcoolismo entre os Kaingáng da T.I. Apucarantina ... pág. 35
- 9 Soro, Raízes e Rezas ... pág. 39
- 10 Biblioteca Itinerante ... pág. 43
- 11 Projeto de Formação de Professores do Parque Indígena Xingu ... pág. 47
- 12 Democratizando o Conhecimento sobre as Contas Públicas ... pág. 51
- 13 Unidade Habitacional Acessível a Pessoas Portadoras de Deficiência em Loteamentos de Habitação de Interesse Social ... pág. 55
- 14 Justiça Cidadã: Descentralizando a Assistência Judiciária Municipal ... pág. 59
- 15 Programa de Saúde Ambiental – PSA ... pág. 63
- 16 Classe Hospitalar do Hospital das Clínicas ... pág. 67
- 17 Programa Redes de Cooperação ... pág. 71
- 18 Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari ... pág. 75
- 19 Projeto Oficina-Escola de Artes e Ofícios ... pág. 79
- 20 Telecentro – Plano de Inclusão Digital e Cidadania ... pág. 83

Mapa das Histórias





A apresentação

doras. Para chegar aos 20 finalistas, a equipe do Programa realiza um trabalho que se estende ao longo de quase todo o ano, começando pelo envio do *folder* de apresentação e da ficha de inscrição para mais de 20 mil endereços. A seleção das experiências inscritas divide-se em três fases. Na primeira, são escolhidas 100 iniciativas semifinalistas, num processo que reúne grupos de pesquisadores, especialistas em políticas públicas, representantes de órgãos do governo e membros de entidades da sociedade civil.

As 100 experiências semifinalistas são convidadas a preencher um questionário complementar, com informações mais detalhadas, que servem a uma outra seleção, novamente com a participação de pessoas das universidades, órgãos públicos e ONGs. As 30 iniciativas escolhidas dessa forma recebem a visita de técnicos enviados pelo Programa. Com base nos relatórios elaborados por esses técnicos, selecionam-se as 20 iniciativas finalistas. Os textos deste livro também se baseiam nos

relatórios de visita de campo, bem como nas informações das fichas de inscrição preenchidas pelos participantes do ciclo de premiação.

O número de inscrições recebidas pelo Gestão Pública e Cidadania tem crescido a cada ano, totalizando mais de 5 mil nos sete anos de funcionamento do Programa. Todas fazem parte de um banco de dados, disponível na Internet (<http://inovando.fgvsp.br>)



e na forma impressa. O Programa também produz vídeos e programas de rádio e publica estudos aprofundados sobre várias dessas iniciativas (ver a seção “Publicações e vídeos do “Programa Gestão Pública e Cidadania” no final deste volume). Temos a convicção de que estas 20 *Histórias de um Brasil que funciona* são representativas de um universo muito mais amplo, formado não somente pelos participantes do ciclo de premiação de 2003 como também pelas inovações que se apresentaram ao Programa desde 1996. Portanto, são apenas uma pequena parte de um país muito maior, que não costuma aparecer no noticiário, mas que funciona.



Benvinda - Centro de Apoio à Mulher

Área de implantação: Belo Horizonte – MG

Instituição: Coordenadoria Municipal dos
Direitos da Mulher - Comdim

Contato: Márcia de Cássia Gomes
Rua Paraíba, 29 - 6º Andar

Belo Horizonte, MG – CEP: 30130-140

Telefone: (31) 3277-9756 – Fax: (31) 3277-9758

e-mail: marciac@pbh.gov.br

site: www.pbh.gov.br/cidadania/mulher-coordenadoria

Uma política para a igualdade

ALÉM DE CRIAR DOIS ABRIGOS PARA MULHERES VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA, BELO HORIZONTE MOBILIZOU VÁRIAS
INSTITUIÇÕES EM TORNO DA QUESTÃO DE GÊNERO

As mulheres que procuram atendimento no Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, em Belo Horizonte, logo se deparam com um espelho na parede. Segundo a gerente do Centro, Maria das Graças Rodrigues, o espelho serve como um símbolo para que a usuária comece a se enxergar, a se perceber e a se valorizar. De fato, as mulheres atendidas reconhecem o resgate de sua auto-estima como uma das principais conquistas após passarem pela instituição.

“Chegamos de cabeça baixa e recebemos uma palavra”, afirmou uma delas, num encontro de mulheres promovido pela prefeitura.



“As pessoas não têm medo de entrar no nosso problema e ajudar”, disse outra. “É lá que começa a esperança”, declarou uma terceira.

Inaugurado em 1996, o Benvinda já atendeu cerca de 9 mil mulheres vítimas de violência de gênero ou em outras situações de risco social. O Centro surgiu a partir de discussões entre grupos de mulheres e representantes da área de saúde e de outras entidades da capital mineira.



BENVINDA: ORIENTAÇÃO,
APOIO E ESPERANÇA

As usuárias chegam de diversos municípios e são encaminhadas ao local por hospitais, postos de saúde, conselhos tutelares, abrigos, ou ainda pelo Disque-Cidadã – serviço telefônico oferecido pela prefeitura para orientação sobre os direitos das mulheres. Algumas tomam conhecimento do Centro por meio de outras pessoas ou dos cartazes espalhados pela cidade. Elas são recebidas por assistentes sociais e depois passam pelo atendimento jurídico e psicológico realizado pelo próprio Centro.

O serviço jurídico presta orientação não apenas sobre como proceder nos casos de violência de gênero, mas também sobre outras questões, como as da área trabalhista, por exemplo. Além disso, a advogada entra em contato com outras instituições que podem atender a usuária do Benvinda: a delegacia, a defensoria pública, as organizações não-governamentais e os centros de apoio e atendimento jurídico mantidos por universidades.

Para fortalecer as mulheres diante dos agressores e encorajá-las a lutar por seus direitos, o Benvinda acompanha as usuárias nas audiências judiciais. A área jurídica faz ainda a mediação de conflitos: se a usuária solicita a presença do agressor, este é chamado para uma conversa entre o casal e a advogada.

Quando sofrem risco de morte, as mulheres ficam na Casa Abrigo Sempre Viva (CASV). Localizada num endereço sigiloso, a Casa tem capacidade para abrigar até 12 famílias (mulheres e seus filhos menores de 16 anos) e é o único abrigo no Brasil onde as famílias são acomodadas em quartos separados. Elas permanecem no abrigo pelo período médio de 90 dias, durante os quais recebem apoio psicológico, jurídico, de saúde e participam de oficinas profissionalizantes. As crianças passam a frequentar creches ou escolas públicas das imediações.

O Benvinda entra novamente em ação quando as mulheres saem da Casa Abrigo Sempre Viva. Quinzenalmente, elas participam de encontros organizados pelo Centro para, juntamente com a assistente social, discutirem sobre sua situação e suas perspectivas.

A rede de atendimento

A fim de coordenar a atuação da Casa Abrigo e do Benvinda, bem como elaborar e executar políticas voltadas para as mulheres e para o combate à discriminação, o governo de Belo Horizonte criou em 1998 a Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim). A Coordenadoria está vinculada à Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania e fundamenta suas ações em três eixos: *Políticas Afirmativas, Formação para a Cidadania e Inclusão Social e Produtiva*.

Além dos serviços oferecidos pelo Benvinda, pela Casa Abrigo e pelo Disque-Cidadã, a Comdim realiza cursos para os funcionários públicos, palestras sobre os direitos femininos e o *Fala Mulher* – um fórum que reúne membros da comunidade e do poder público para discutir assuntos de interesse das mulheres. A Coordenadoria também leva as questões de gênero para outros fóruns governamentais e para as organizações da área da saúde.

No eixo *Inclusão Social e Produtiva*, a Comdim começou a desenvolver ações para estimular o empreendedorismo entre as mulheres, além de encaminhá-las para cursos profissionalizantes financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e para instituições que oferecem o microcrédito. Nos últimos três anos, foram oferecidas quase 5 mil vagas em cursos profissionalizantes e, aos poucos, as beneficiárias conseguem capacitar-se para profissões tradicionalmente ocupadas pelos homens, tornando-se pedreiras, bombeiras hidráulicas e eletricistas, por exemplo.

Também é no âmbito da Coordenadoria que se estabelecem diversas parcerias para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Graças a essas parcerias, tais mulheres contam com uma rede de atendimento na região metropolitana de Belo Horizonte, integrando as ad-



FUNCIONÁRIAS: ATENDIMENTO
SOCIAL, JURÍDICO E PSICOLÓGICO



ministrações regionais, as delegacias gerais e especializadas em crimes contra a mulher, os centros de saúde, pronto-socorros e hospitais, o Ministério Público, os Conselhos Municipais de Belo Horizonte e das cidades vizinhas, as organizações do movimento de mulheres, a Pastoral da Mulher e a Pastoral da Criança, entre outras instituições. Um dos resultados mais relevantes de todo esse processo é a valorização da temática de gênero na Prefeitura de Belo Horizonte.

Depois do abrigo

As parcerias entre a Comdim e as diversas secretarias municipais possibilitam ainda que as mulheres continuem a ter o apoio do poder público quando saem do abrigo e buscam reconstruir a vida. Na cha-

mada “fase de pós-abrigamento”, elas recebem ajuda para encontrar uma nova moradia, seja por meio da bolsa-aluguel oferecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, seja por meio dos programas da Secretaria Municipal de Habitação.

A Secretaria de Assistência Social também contribui para a solução de necessidades emergenciais (passagens de ônibus para outros municípios, utensílios domésticos, providências para retirada de documentação, etc.). Outro apoio importante é o da Secretaria Municipal de Abastecimento, que forne-

ce a alimentação da Casa Abrigo Sempre Viva, além de cestas-básicas para as usuárias do Benvinda e para as famílias na fase de pós-abrigamento.

Com o objetivo de divulgar os serviços e capacitar os servidores para um atendimento diferenciado à mulher vítima de violência, a Comdim atua em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Um dos frutos dessa atuação conjunta é a Notificação Compulsória, documento no qual os casos de violência contra as mulheres atendidos nos serviços de saúde são notificados pela própria equipe médica. Isso incentiva as mulheres a fazerem a denúncia e garante que a violência não fique impune. Com base nos dados das notificações, será possível identificar os atos de violência e planejar políticas públicas para combatê-los.



PALESTRA SOBRE DIREITOS
DAS MULHERE



Programa Paidéia de Saúde da Família

Área de implantação: Campinas – SP

Instituição: Secretaria Municipal de Saúde

Contato: Roberto Mardem Soares Farias

Av. Anchieta, 200

Campinas, SP – CEP: 13015-904

Telefone: (19) 3735-0287

Saúde em grande escala

A CRIAÇÃO DE EQUIPES DE REFERÊNCIA
TORNOU O ATENDIMENTO MÉDICO EM
CAMPINAS (SP) MAIS ÁGIL E ABRANGENTE

Paidéia é uma palavra grega que significa “desenvolvimento integral do ser humano”. É também o nome com o qual a Secretaria de Saúde de Campinas, terceiro maior município do Estado de São Paulo, batizou o seu Programa de Saúde da Família. Segundo a Secretaria, o Programa Paidéia de Saúde da Família busca alcançar os objetivos resumidos nesse nome: cuidar da saúde dos campineiros, da educação, das relações sociais e do ambiente, respeitando as diferenças entre as pessoas e os grupos.

Os gestores da iniciativa consideram que o Programa de Saúde da Família (PSF), do governo federal, é suficiente para os municípios pequenos, mas não para Campinas, uma metrópole com mais de um



milhão de habitantes. Por isso, o Paidéia é constituído por um conjunto de correções e complementações do Programa de Saúde da Família, a fim de adequá-lo às demandas locais, podendo ser adotado por outros municípios com mais de 200 mil habitantes.

Dentre as características do Programa de Saúde da Família destacam-se a vinculação das famílias a uma equipe de profissionais da saúde; o foco no grupo familiar e não apenas no indivíduo e as ações voltadas para a prevenção de doenças. A essas características, o Programa Paidéia acrescenta algumas adaptações: a equipe de saúde

é multiprofissional e seus integrantes trabalham de forma a buscar a troca e a “soma” de saberes. Outra diferença é que o atendimento da população não segue apenas o agendamento prévio ou a ordem de chegada na unidade de saúde, sendo feito de acordo com as condições emergenciais e os riscos que correm os usuários. Tal modelo de funcionamento tem por finalidade aumentar a capacidade de resolução do sistema.

O Programa reorganiza as instituições de saúde para que elas possam cumprir

funções pedagógicas, além de promover atenção básica, prevenir riscos, cuidar de doenças e da reabilitação de pessoas com problemas crônicos. Para realizar esses propósitos, o Programa se desenvolve por meio de cinco componentes: a *adscrição da clientela*, a *equipe de referência*, o *acolhimento*, o *núcleo de saúde coletiva* e o *colegiado gestor*.

A *adscrição da clientela* é o cadastramento das famílias e a criação de um vínculo entre elas e as *equipes de referência*. Dessa forma, cada família passa a ter uma equipe de sua confiança, formada por um médico generalista – que trabalha em regime de tempo integral –, um pediatra, um ginecologista-obstetra, um enfermeiro, três auxiliares de enfermagem, quatro agentes comunitários, um dentista e um auxiliar de consultório dentário.

Cada equipe se reúne semanalmente e define os chamados “projetos terapêuticos singulares”. São tratamentos individualizados para os usuários que apresentam maior debilidade. O trabalho acaba re-



velando quais as terapias individuais e os problemas mais frequentes na comunidade. Portanto, permite definir quais os maiores riscos, inclusive segundo a faixa etária, a classe social, etc.

A construção da confiança

Depois que as equipes de referência cadastram as famílias de suas respectivas circunscrições, elas passam a ser acompanhadas por um agente comunitário. Morador do próprio bairro em que presta serviços, o agente tece a teia de relações e de confiança entre a comunidade e o sistema de saúde, tornando-se um elemento-chave para o sucesso do Programa Paidéia. Além das tarefas de rotina, ele muitas vezes é procurado pelos usuários durante os finais de semana e à noite.

Já o *acolhimento* é realizado, geralmente, por um auxiliar de enfermagem, nas unidades de saúde do município. Trata-se de uma escuta qualificada, de uma conversa que aumenta o vínculo do usuário com o sistema de saúde e possibilita atender melhor às suas demandas, pois ele é encaminhado imediatamente para o atendimento. Assim como o usuário recebe a equipe de referência em sua residência, o auxiliar de enfermagem recebe os usuários nas unidades de atendimento.

Outro componente do Programa é o *núcleo de saúde coletiva*, composto por três representantes de cada equipe da unidade. O núcleo se reúne periodicamente para discutir temas que não estão diretamente ligados aos atendimentos, como o planejamento anual e a distribuição de tarefas. Um dos núcleos chegou a realizar atividades nas escolas de sua região, visando a saúde bucal dos alunos. Os dentistas ensinaram as crianças a escovar os dentes, examinaram-nas e avaliaram o seu risco de cárie.

O *colegiado gestor* ainda não foi implantado em todas as unidades, mas deve ser composto por dois representantes de cada equipe de referência e pelo coordenador da unidade. Ao colegiado cabe decidir se a unidade realizará ações que vão além das consultas médicas e dos procedimentos tradicionais. De acordo com a demanda lo-





cal ou a descoberta de problemas recorrentes, como pressão alta ou dores lombares, o colegiado pode providenciar a introdução de terapias alternativas (como a acupuntura), e de outras atividades, como aulas de ginástica postural, criação de centros de vivência, cursos de culinária, cursos sobre a importância dos chás e sucos, formação de grupos para caminhadas e para outros esportes, etc. Tais ações são possibilitadas por parcerias com organizações comunitárias e com outras secretarias municipais.

Rapidez e agilidade

O Programa Paidéia conta com 150 equipes de referência e, até o final de 2004, pretende chegar a 100% das famílias atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Campinas. Cada equipe deve cui-

Esperava-se em média dois meses
por uma consulta, que hoje
não demora mais de uma semana

dar de 1.200 a 1.500 famílias, a um custo mensal de até R\$ 34 mil por equipe. Atualmente, o Programa dispõe de mais de 2.800 funcionários, em 46 unidades de saúde.

Os benefícios obtidos até agora justificam a expansão da iniciativa. Antes da implantação do Programa, esperava-se em média dois meses por uma consulta, que hoje não demora mais de uma semana para acontecer. O paciente é orientado pelo agente comunitário sobre qual unidade deve procurar quando tiver problemas de saúde, e seu caso pode ter prioridade, conforme as informações apuradas pelo agente.

Como resultado, o atendimento ficou mais ágil e reduziram-se as filas. Houve um aumento de 25% no número de profissionais atuantes no sistema e de 49% na quantidade de atendimentos. Enquanto somente 5% da população brasileira têm acesso a tratamento odontológico curativo, em Campinas o índice chega a 12%. Das gestantes campineiras, 80% fazem acompanhamento pré-natal.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o principal limite imposto ao Programa é o apego, entre profissionais e usuários, à especialização e à segmentação do conhecimento. Um curso de qualificação e sensibilização dos profissionais de saúde, realizado em conjunto com a Unicamp, está ajudando a superar essa dificuldade.



Sistema de Ouvidoria em Saúde Pública do Estado

Área de implantação: Ceará

Instituição: Secretaria Estadual de Saúde

Contato: Dayse Gadelha Lima Furques

Av. Almirante Barroso, 600

Fortaleza, CE – CEP: 60060-440

Telefone: (85) 488-2123 Fax: (85) 488-2122

e-mail: ouvidoriasesa@saude.ce.gov.br

Ouvidos para o cidadão

NO CEARÁ, AS QUEIXAS DE QUEM PROCURA O SISTEMA
DE SAÚDE SÃO ATENDIDAS, ENCAMINHADAS E
RESPONDIDAS, AJUDANDO A MELHORAR OS SERVIÇOS

Não é raro ouvirmos reclamações dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto aos serviços prestados, o tempo de espera, a falta de médicos, etc. Difícil é encontrar quem ouça tais queixas e tome providências. No Ceará, um decreto do governador criou, em 1991, a Ouvidoria de Saúde do Estado. O objetivo era estabelecer um canal de comunicação direta com a população, identificar suas necessidades, ouvir as queixas e buscar soluções para os problemas informados pelos usuários.

A Ouvidoria deveria atender inicialmente as demandas relativas às unidades de saúde localizados em Fortaleza, públicas ou privadas. O ouvidor recebia as queixas pessoalmente, por carta ou por meio da linha telefônica do *Alô Saúde*, um dos primeiros serviços



oferecidos. Além de providenciar o encaminhamento e cobrar as respostas a essas demandas, o ouvidor solicitava dos órgãos de saúde explicações quanto aos problemas noticiados pela mídia.

Em 1998, uma portaria do Secretário da Saúde expandiu e descentralizou a Ouvidoria, criando uma rede de ouvidorias em quinze unidades de saúde do Estado. A rede está presente nos hospitais especializados, todos localizados na capital do Estado e a Secretaria

estuda ampliá-la, com a instalação de ouvidorias nas unidades do interior. Enquanto isso não acontece, os moradores do interior do Estado podem contatar a Ouvidoria por telefone, carta ou pela Internet.



OUVIDORIA: ATENDIMENTO
EM REDE

Assim como o ouvidor da Saúde, que coordena o Sistema de Ouvidoria, os ouvidores das unidades são nomeados diretamente pelo Secretário da Saúde, com mandato de um ano. A Ouvidoria tem sob sua responsabilidade seis canais de comunicação com os usuários. Juntamente com o *Alô Saúde* e com a *Rede de Ouvidores*, há também a *Caixa de*

Sugestões, o *Birô da Cidadania*, o *Programa Netsaúde* e a *visita às unidades* (ou *mutirão de ouvidores*).

Como se fazer ouvir

O *Alô Saúde* funciona em regime de plantão. Por intermédio de uma linha 0800, o cidadão tem acesso a informações sobre a área de saúde, campanhas, endereços, etc., e ainda pode denunciar casos de mau atendimento. Ele recebe um número de protocolo para acompanhar o atendimento à sua reclamação. Quando o cidadão se identifica, os próprios técnicos do Alô-Saúde entram em contato para comunicar a resposta. Entre janeiro e junho de 2003, o Alô-Saúde atendeu 8.857 ligações.

Também é possível falar com a Ouvidoria por meio da *Caixa de Sugestões*, utilizando-se uma comunicação por escrito que também terá uma resposta enviada diretamente ao cidadão. Outra forma é comparecer pessoalmente para registrar a reivindicação no Birô da Cidadania, uma central de atendimento da Ouvidoria instalada na sede da Secretaria de Saúde. Na Internet, o usuário conta com o *Programa Netsaúde*, que funciona por meio dos *sítes* do governo estadu-

al e da Secretaria de Saúde e do *e-mail* da Ouvidoria.

Finalmente, o Sistema de Ouvidoria entra em contato com a população por meio de visitas sistemáticas de todos os integrantes da rede de ouvidores às unidades de saúde. Durante um dia inteiro, eles atendem numa determinada unidade. Esses mutirões têm como objetivos principais favorecer o intercâmbio de informações entre os ouvidores, integrar, padronizar e consolidar as ações e procedimentos a serem realizados.

Em 2002, o Sistema de Ouvidoria atendeu mais de 35 mil solicitações, sendo 18 mil pelo *Alô Saúde* e 500 pelo *Netsaúde*, que atendem os usuários de todo o Estado do Ceará, mais 16.800 solicitações pela *Rede de Ouvidores* e pelas *Caixas de Sugestões*, circunscritas à capital do Estado.

Os ouvidores trabalham em salas cedidas pela diretoria de cada unidade, que também cede um funcionário de apoio, telefone, fax e computador. As salas geralmente estão localizadas próximas à entrada das unidades, ou no local de espera pelo atendimento.

Todas as demandas e encaminhamentos são registrados e levados aos conhecimentos da Ouvidoria da Saúde, que mensalmente consolida as informações e as discute com o Secretário da Saúde. Tais informações constam de um relatório padronizado, consolidado por unidade de saúde e que classifica as reclamações segundo o tipo: mau atendimento, falta de atendimento, demora, problemas de comunicação, problemas com recursos humanos (incluindo queixas dos funcionários quanto aos direitos trabalhistas e ao relacionamento com as chefias) e problemas relacionados ao ambiente e às instalações.



A eliminação das filas

A principal dificuldade encontrada na implementação da rede, segundo os ouvidores, foi a resistência inicial dos diretores e funcionários das unidades. Os ouvidores eram vistos como um corpo estranho ao hospital, uma "corregedoria" permanente. No início, era tam-



bém comum que os funcionários desejassem identificar os reclamantes. Com o tempo, a resistência diminuiu e hoje a relação entre ouvidores e funcionários dos hospitais é boa.

Muitas das solicitações dos usuários são resolvidas diretamente com a chefia das áreas, sem trâmites burocráticos e sem a necessidade de se levar os assuntos aos diretores do hospital. Os ouvidores não deixam ninguém sem resposta e, quando esta não pode ser dada de imediato, o usuário é informado sobre os procedimentos a serem adotados pelo ouvidor, bem como sobre o prazo para a solução.

No Ceará, cada hospital estadual atende uma determinada especialidade, cabendo o atendimento básico aos postos de saúde municipais.



CAIXA DE SUGESTÕES:
RESPOSTA AO CIDADÃO

Como essa divisão é recente, os hospitais ainda recebem diariamente um fluxo de usuários que deveriam ser atendidos pelos postos de saúde. Sempre que isso ocorre, o ouvidor explica o funcionamento do sistema e imediatamente marca a consulta no posto de saúde mais próximo à residência do usuário. Em alguns casos, o hospital faz um primeiro atendimento, antes de encaminhar a pessoa para outra unidade. A ouvidoria garante o atendimento mesmo quando os usuários são encaminhados para os hospitais municipais.

Como consequência do processo de escuta das sugestões e reclamações dos usuários, alguns procedimentos foram modificados. Providenciaram-se mudanças no espaço físico dos hospitais, melhorias na sinalização e a reestruturação da recepção. Onde antes a fila de espera era desorganizada, foi instituído um sistema de senhas. Em hospitais onde os pacientes e seus familiares esperavam de pé, a céu aberto, agora há salas cobertas, com televisão e serviço de chá.

As longas filas no hospital São José, especializado em doenças infecciosas, motivaram sua ouvidora a elaborar uma pesquisa para verificar a procedência e o problema de saúde dos usuários. O resultado da pesquisa levou a direção a mudar procedimentos, redimensionar o atendimento, fechar a emergência e orientar os usuários. Hoje, o hospital atende os usuários de HIV durante as vinte e quatro horas e não há mais filas.



Desenvolvimento Sustentável da Maricultura do Município de Florianópolis

Área de implantação: Florianópolis – SC

Instituição: Prefeitura Municipal de Florianópolis – Escritório
Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento – Emapa

Contato: Domingos Sávio Zancanaro
Rua Conselheiro Mafra, 656 - 3º Andar - Sala 304
Florianópolis, SC – CEP: 88010-914
Telefone: (48) 251-6040 – Fax: (48) 251-6086
e-mail: zancanaro@pmf.sc.gov.br

Os agricultores da água

AO INCENTIVAR A MARICULTURA, FLORIANÓPOLIS PRESERVA
O MEIO AMBIENTE E OFERECE ALTERNATIVA DE RENDA PARA UMA
POPULAÇÃO QUE SEMPRE VIVEU DO MAR

Em Florianópolis, várias gerações viveram do mar e da comercialização de seus produtos, aproveitando as facilidades geográficas do município, cujo território se divide entre a ilha e o continente. Nas últimas duas décadas, a pesca e o extrativismo marinho foram complementados pela maricultura – técnica de criar frutos do mar em fazenda marinha.

O desenvolvimento da atividade deve muito às pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Os



primeiros estudos sobre a produção de ostra (ostreicultura) datam da década de 70.

Atualmente, a ilha dispõe do mais avançado laboratório de produção de sementes do Brasil, considerado um centro de referência internacional. A capital catarinense também é favorecida pelas baías que se formam entre o continente e a ilha, com águas calmas e influência de correntes frias, ricas em produção primária (como fitoplânctons).



ÁREA DE CULTIVO: APOIO
DA PREFEITURA

O aumento do número de maricultores trouxe a necessidade de legalizar a ocupação do meio ambiente marinho: em 1992, a Epagri e o Ibama demarcaram 102 áreas de cultivo no litoral catarinense, das quais 50 estavam localizadas em Florianópolis.

Em 1999, após reuniões com os maricultores, a Prefeitura de Florianópolis identificou os principais problemas do setor: falta de organização, dificuldade para legalizar as áreas de cultivo, necessidade de ampliação do mercado consumidor e barreiras de acesso à tecnologia e ao crédito. Para ajudar os maricultores a superar esses obstáculos, a Prefeitura implementou o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura, por intermédio do Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento (Emapa).

O Programa visa incentivar o cultivo de moluscos (ostras e mexilhões) como alternativa de geração de renda à população que vive da pesca artesanal, propiciando a melhoria da qualidade de vida e, também, a recuperação e preservação ambiental.

Festa da Ostra

Para viabilizar o acesso ao crédito, foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho (*Funrumar*). O Fundo apóia financeiramente projetos na área da maricultura (68%), pesca (30%) e agricultura (2%), por meio da concessão de microcrédito e do financiamento de pesquisas, palestras, seminários, workshops e desenvolvimento de novas tecnologias. Atualmente, seus recursos ultrapassam os R\$ 750 mil, com um investimento da Prefeitura de R\$ 250 mil ao ano.

O Conselho Diretor, responsável pela definição das normas de funcionamento e pelo gerenciamento do Fundo, é formado por represen-

tantes dos três setores – um maricultor, um pescador e um agricultor – e por três representantes indicados pela Prefeitura. Um banco de dados permite que se verifique a situação de cada credor, funcionando de modo interligado ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). O acompanhamento sistemático resulta em uma inadimplência de apenas 2%.

Com o intuito de abrir novos mercados para a ostra, a Prefeitura criou a Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (Fenaostra). O evento anual reúne em um mesmo espaço atividades técnico-científicas, culturais, comerciais e gastronômicas. A IV Fenaostra, realizada em 2002, teve um custo de quase R\$ 1 milhão, divididos entre a Prefeitura, a Fundação Municipal Franklin Cascaes, o Banco do Brasil, o Fundo Estadual de Cultura e o governo do Estado.

Durante a Festa, que ocorre no mês de outubro, o mercado para os produtos da maricultura se aquece. Os produtores vendem diretamente aos consumidores nos estandes da Associação de Maricultores do Sul da Ilha (AMASI) e da Associação de Maricultores do Norte da Ilha (AMANI) ou para os restaurantes que participam do evento. A cada ano, a Festa recebe um número maior de visitantes, tanto de Santa Catarina, como de outros estados.



FENAOSTRA: MERCADO
SE AQUECE

I ntercâmbio com a França

A fim de ampliar os conhecimentos dos maricultores de Florianópolis, a Prefeitura implementou em 2002 um termo de cooperação técnica com o governo de La Rochele, na França, um dos principais centros produtores de ostras e mexilhões do mundo. O termo de cooperação possibilita o intercâmbio técnico-científico entre produtores, técnicos e estudantes dos dois países. A cada ano, são sorteados três maricultores, que viajam para a França com passagens financiadas pelo Funrumar. Durante um mês, eles trabalham com os produtores franceses e aprendem novas técnicas de manejo.

A França produz ostras e mexilhões há aproximadamente 200 anos e vem desenvolvendo técnicas que possibilitam a mecanização do processo e geram uma produção em larga escala. Em Florianópolis, a atividade



tem apenas 15 anos e é praticamente artesanal. Mas a capital catarinense possui vantagens que lhe garantem boas perspectivas: na Espanha, na França e no Canadá, o ciclo da produção da ostra varia de dois a quatro anos, e em Santa Catarina é de apenas seis meses. Além disso, a ausência de grande variação das marés possibilita trabalhar dia e noite; a pro-

ximidade entre as áreas de cultivo e as residências dos produtores facilita o manejo e, finalmente, a reprodução das ostras, induzida em laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina, permite um controle maior da produção.



PROGRAMA CRIOU
400 EMPREGOS

Como o mercado interno é muito competitivo, a margem de lucro se mantém reduzida, o que inviabiliza a capitalização e dificulta o aumento da produção. Para enfrentar esse problema, a Prefeitura investiu na criação da Cooperativa Aquícola de Santa Catarina (Cooperilha) e na futura aquisição

do Certificado de Inspeção Federal (Cife), que permitirá a venda do produto em qualquer lugar do país e do mundo.

Quando a sede da Cooperativa estiver concluída, a entidade cuidará de toda a comercialização, que se dará para fora do Estado ou do país. A Cooperilha também poderá controlar a qualidade sanitária dos produtos e obter preços melhores, além de fazer um trabalho de conscientização dos consumidores, excluindo do mercado a produção irregular.

Desde o início do Programa, o número de maricultores e de áreas de cultivo aumentou, possibilitando a criação de 400 empregos diretos e 1.500 indiretos. Observa-se também o incremento na renda dos produtores, atualmente estimada em um valor bruto de R\$ 23 mil *per capita* ao ano.

Hoje, os maricultores já não precisam migrar para outras localidades da ilha, à procura de trabalho e renda. Conseguem sobreviver do mar, como seus antepassados, e preservar sua identidade cultural, seu vínculo com o mar.

A maricultura também incrementou o turismo, com a construção de vários restaurantes e pousadas, e gerou um impacto positivo no meio ambiente, a partir da conscientização das comunidades. Agora os próprios maricultores fiscalizam as áreas de cultivo, que se tornaram um refúgio natural para a biodiversidade marinha.



Humanização da Pena Privativa de Liberdade

Área de implantação: Itaúna – MG

Instituição: Vara Criminal da Comarca de Itaúna

Contato: Paulo Antônio de Carvalho

Praça Dr. Augusto Gonçalves, 10

Itaúna, MG – CEP: 35680-054

Telefone: (37) 3242-1966 Fax: (37) 3242-2330

Exemplo de recuperação humana

JUSTIÇA MINEIRA QUER ESPALHAR PELO ESTADO O MODELO DE ITAÚNA, ONDE A PRISÃO TEM SUCESSO NA REEDUCAÇÃO DOS PRESOS

Em 2001, o Estado de Minas Gerais tinha mais de 18 mil detentos, segundo relatório sobre a situação prisional da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. De 1997 a 2001, a população prisional de Minas havia aumentado em 49%. A Comissão apontou, entre os principais problemas do sistema penitenciário mineiro, as fugas e rebeliões, a tortura, a superlotação, o tratamento desumano aos presos, a subutilização das penas alternativas e a falta de assistência jurídica, entre outros.

Em setembro daquele ano, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, acompanhado por juizes de Execução Penal e promotores de



Justiça da Grande Belo Horizonte, visitou o Centro de Reeducação de Condenados de Itaúna, administrado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). Depois da visita e de uma videoconferência com juizes de diversas comarcas mineiras, o presidente do Tribunal decidiu que o “Método Apac” deveria ser implantado em todo o Estado, tendo a experiência de Itaúna como referência.

Surgiu, assim, o Projeto Novos Rumos, que busca a humanização do cumprimento da pena privativa de liberdade. Várias comarcas já adotaram o método e, em outras, sua implantação está em andamento. Um dos aspectos positivos do Projeto é a municipalização da execução penal: o preso não é retirado de seu município, mantendo o contato com a família.

A Apac de Itaúna, a mais antiga de Minas Gerais, atende a comarca formada pelos municípios de Itaúna e Itatiaiçu, localizados a cerca de 80 km de Belo Horizonte. A experiência começou em 1986, após um grupo de voluntários cristãos que visitavam a cadeia local ter conhecido uma iniciativa semelhante, desenvolvida desde a década de 70 em São José dos Campos (SP). Naquela época, o índice de reincidência entre os

presos de Itaúna era de 84%. Na cadeia paulista, o índice era de 5% e praticamente não havia fugas nem rebeliões. Hoje, o modelo Apac já está implantado em mais de 130 cidades brasileiras e em países como Argentina, Equador, Estados Unidos, Peru, Escócia, Coreia do Sul e Alemanha, entre outros.

Em 1991, foi criado em Itaúna o primeiro Centro de Reintegração Social, respon-

sável pelo recebimento dos sentenciados ao regime aberto e pela fiscalização do cumprimento de *sursis* e livramento condicional. Após uma rebelião que destruiu a cadeia local em 1995, o Centro passou a receber também os presos dos regimes fechado e semi-aberto.

Iniciou-se, então, um trabalho com a comunidade para a construção de um “presídio” que recebesse apenas os presos da comarca. A

Receitas Previstas para a Apac de Itaúna, em 2003 (R\$)	
Repasse do Estado	347.100
Subvenções da Prefeitura	17.700
Doações do Fórum de Itaúna – penas pecuniárias	6.000
Contribuições dos 850 sócios	10.200
Contribuições de empresas	3.600
Doação da Congregação dos Irmãos Maristas	42.000
Total	426.600

prefeitura doou o terreno e os recursos financeiros foram obtidos por meio de contribuições de empresários, de paróquias e da população. Os presos forneceram a maior parte da mão-de-obra.

Presídio com playground

Atualmente, a Apac de Itaúna administra dois Centros de Reintegração Social (um masculino e um feminino), e é referência nacional e internacional para o método. Os Centros recebem os sentenciados independentemente do crime praticado, do tempo de pena, da origem ou etnia do indivíduo. A Apac considera os presos como reeducandos, partindo do pressuposto de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado. Os princípios seguidos são os da individualização do tratamento; da redução da diferença entre a vida na prisão e a vida livre; da participação da família e da comunidade no processo de ressocialização; e do oferecimento de educação moral, assistência religiosa e formação profissional.

Vagas no Presídio de Itaúna	
Regime fechado	60
Regime Semi-aberto	44
Regime aberto	28
TOTAL	132

Nos Centros de Reintegração Social de Itaúna, não há agente da Polícia Civil ou Militar. Os próprios reeducandos ficam com as chaves do presídio e a revista dos visitantes está a cargo de voluntários. O Conselho de Sinceridade e de Solidariedade (CSS), formado pelos reeducandos, cuida da administração, limpeza, manutenção, disciplina e segurança.

O fato de existirem apenas presos de Itaúna tem possibilitado uma atuação mais efetiva com as famílias, bem como a busca de sua reintegração ao mercado de trabalho. Eles recebem assistência espiritual e religiosa, têm acesso à educação; à assistência médica, odontológica, psicológica, jurídica e documental; bem como a atividades culturais. Do total de presos, 31% trabalham e 15% estudam.

Os Centros de Reintegração Social nem parecem presídios, e sim escolas, oficinas ou abrigos. Cada reeducando mantém a sua identidade, tem nome, usa a sua própria roupa, é conhecido pela equipe. Está em fase de elaboração o projeto arquitetônico de quiosques e *playgrounds* para as crianças que visitam seus pais e parentes. Nessa



linha, outros direitos básicos são garantidos, como as visitas íntimas. A Apac valoriza o protagonismo dos reeducandos, que podem, inclusive, sugerir melhorias no sistema.

De novembro de 1995 a julho de 2003, contabilizavam-se 88 fugas de presos, com o retorno de 71 deles, sendo seis de forma espontânea. Não houve rebeliões ou motins nos últimos seis anos e as estatísticas realizadas desde 2000 apontam uma reincidência de menos de 8%, bem abaixo da média do sistema carcerário brasileiro, que se situa entre 65% e 85%. O custo de cada reeducando na Apac de Itaúna é de R\$ 343,69; e no sistema convencional é de R\$ 1.200,00.

Vários modelos

Para reproduzir a experiência de Itaúna em outras comarcas, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais promove, por meio do Projeto Novos Rumos, seminários; teleconferências; visitas à Apac de Itaúna e distribuição de material explicativo sobre a proposta. No entanto, embora o modelo de Itaúna seja uma referência, o Estado de Minas Gerais conta com outros exemplos interessantes.

Uma iniciativa diferenciada é a da Apac de Sete Lagoas, onde funcionários estaduais administram o centro de reintegração em parceria com a Apac local. Outro tipo é o de Nova Lima, onde se espera ter, em breve, um presídio auto-suficiente, num trabalho realizado com o apoio de administradores e economistas. Em Conselheiro Lafaiete, município localizado no cinturão verde de Belo Horizonte, planeja-se a implantação de uma Apac agrícola.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais é o primeiro do país a ter um programa de humanização da execução penal com o incentivo à adoção de penas alternativas e ao modelo Apac. Esse trabalho está começando a mudar a visão do Judiciário, do Ministério Público e da sociedade a respeito do Direito Penal e do preso.

Apesar de o Tribunal ter estabelecido a meta de implantar o modelo da Apac em todas as 291 comarcas mineiras, até julho de 2003 a experiência funcionava em 15 comarcas, estando em fase de implantação em outras 30. O Projeto atendia cerca de mil dos 19 mil presos de Minas Gerais. Alterar a atuação punitiva para um atendimento preventivo requer tempo e exige a capacitação de profissionais do sistema prisional, da polícia e do Poder Judiciário.



Programa de Manejo Agroambiental em Microbacias do Rio Jiquiriçá

Área de implantação: Lajedo do Tabocal – BA

Instituição: Prefeitura Municipal de Lajedo do Tabocal

Contato: Marcos César Félix Ferreira

Praça José Anacleto Barbosa, 20

Lajedo do Tabocal, BA – CEP: 45365-000

Telefone: (73) 556-1225 / 1226 – Fax: (73) 556-1225

e-mail: ambientalassociados@bol.com.br

Vida nova no sertão

A PREFEITURA DE LAGEDO DO TABOCAL (BA) OFERECE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS AOS
PRODUTORES RURAIS PARA PRESERVAR O RIO JIQUIRIÇÁ

Há décadas os pequenos proprietários rurais às margens do rio Jiquiriçá e de seus afluentes, no centro-sul baiano, utilizam técnicas agrícolas ultrapassadas: irrigação por gravidade, queimadas, aradura, solo descoberto, etc. Essas práticas causam grande erosão e a conseqüente obstrução das principais vias de escoamento da água da chuva, disponível apenas durante poucos meses do ano. A maioria dos cursos d'água da região conhecida como Alto Jiquiriçá são intermitentes, isto é, ficam secos durante as épocas de estiagem.

O plantio de tomate e maracujá nas encostas dos morros, assim como a "limpeza" e utilização das margens dos rios para a agricultura e a pecuária, resultaram na diminuição da quantidade de água



disponível. Com isso, a região ficou ameaçada de sofrer um processo de desertificação que, no longo prazo, inviabilizaria qualquer tentativa de aproveitamento do solo e de fixação do homem no campo.

O Programa de Manejo Agro-Ambiental em Microbacias do Rio Jiquiriçá visa enfrentar o peso da tradição e o desconhecimento dos sertanejos quanto à escassez e à dificuldade de regeneração dos recursos hídricos. Trata-se de uma iniciativa da Prefeitura de Lagedo

do Tabocal, município de 9 mil habitantes que decidiu atuar sobre as microbacias hidrográficas situadas em seu território.



APICULTURA: TRABALHADORES
FORAM TREINADOS

Para promover a recomposição das matas ciliares e a recuperação de áreas degradadas, o Programa conjuga o plantio de mudas nativas e frutíferas com o desenvolvimento de atividades capazes de gerar renda para a população beneficiária. A equipe do Programa considera que a conservação da biodiversidade da mata de cipó e da caatinga depende da criação de alternativas para a subsis-

tência dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais.

Concebido em 1999 pela administração municipal, com assessoria da empresa Ambiental Associados, o Programa foi submetido à aprovação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). A liberação dos primeiros recursos do Fundo desencadeou as ações de educação ambiental, que buscam conscientizar a população rural sobre os problemas existentes e suas possíveis soluções. Realizaram-se seminários sobre a importância da mata ciliar, a questão da água, o desmatamento, o emprego de agrotóxicos e o lixo, entre outros temas, envolvendo professores, agricultores e alunos da zona rural. Nas escolas, houve projeção de vídeos, além de debates, plantio de árvores e uma gincana intercolegial. Mais tarde, a criação de uma sala de vídeo possibilitou ampliar as atividades de educação ambiental para o restante da comunidade.

Frutas, mel e rapadura

O município realizou também um diagnóstico socioambiental, com o cadastramento das propriedades rurais situadas às margens do rio Jiquiriçá num trecho de 15 km, e a identificação das áreas com ero-

são e desmatamento das matas ciliares. Os produtores cadastrados passaram a receber mudas de árvores nativas e frutíferas, produzidas num viveiro construído com o dinheiro do Fundo. Como forma de incentivar a fruticultura, 25 agricultores ganharam mudas de caju anão precoce e de outras espécies nativas, recebendo também o acompanhamento técnico por parte do Programa.

À medida que prosseguiram as atividades de produção de mudas, plantio e reflorestamento e se realizavam os cursos de treinamento e capacitação dos produtores, foram implantados cinco apiários coletivos com abelhas *Apis mellifera*, em cujo manejo estão envolvidos 42 trabalhadores rurais residentes nos povoados, incluindo 18 mulheres. Parte das colméias foram instaladas em áreas coletivas, cedidas em comodato por produtores com propriedades no entorno dos povoados. Os trabalhadores rurais recebem treinamento periódico e material de custeio das colméias, sendo a produção beneficiada, embalada e rotulada para comercialização. Em contrapartida, cada família atendida dedica um dia de trabalho por semana, em regime de mutirão, para o plantio das matas ciliares e a manutenção das mudas.

Resgatando uma antiga tradição familiar da região, o Programa construiu um pequeno engenho para produção de rapadura e melaço de cana. Os produtos são agora rotulados e embalados na unidade de beneficiamento, e representam mais uma fonte de renda para os pequenos produtores. Como a implantação dessa unidade de produção não estava prevista no convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, novos convênios foram firmados, com o Ministério da Agricultura e órgãos estaduais, a fim de se ampliar o número de famílias atendidas. Diante dos resultados alcançados, a produção de mel e dos derivados de cana deverá ainda receber o apoio da Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais (Secomp), do governo da Bahia.



PRODUÇÃO DE MELAÇO
E RAPADURA

Grupo de mulheres

Ao lado do estímulo a essas atividades econômicas, busca-se também fomentar a organização dos produtores rurais, realizando



periodicamente seminários, reuniões e visitas de campo. Além do fortalecimento das associações já existentes, pretende-se consolidar uma nova associação, que terá por meta dar continuidade às ações do Programa e comercializar a produção. Trata-se da Associação de Agricultura Familiar e Apicultura (Agriapis), fundada em janeiro de 2002, e que vem se fortalecendo com o apoio técnico da coordenação do Programa.

Parcerias entre o Programa e instituições estaduais ou de âmbito regional, como o Sebrae, têm possibilitado cursos para os pequenos agricultores, apicultores e grupos de mulheres, abordando temas como associativismo, produção de alimentos e beneficiamento de mel e derivados. O apoio do Sebrae, aliás, revelou-se decisivo para a formação de um grupo de mulheres no Povoado do Peixe. Depois de freqüentar os cursos, elas começaram a fazer doces e polpas de frutas, sendo responsáveis por todo o processo de produção e comercialização. As 18 integrantes do grupo planejam cons-

truir um forno a lenha e diversificar as atividades.

Desde o início, o Programa também recebe o importante apoio do Consórcio Intermunicipal do Rio Jiquiriçá, cujo presidente é o prefeito de Lagedo do Tabocal. O Consórcio fornece material para a educação ambiental e organiza os usuários da bacia nos

Recursos empregados na implantação do Programa:

	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Prefeitura Municipal
2000	R\$ 94 mil	R\$ 32 mil
2001	R\$ 50 mil	R\$ 21 mil
2002	—	R\$ 5 mil

chamados Fóruns Municipais da Água. Em 2002, o Consórcio financiou a realização do vídeo de divulgação da experiência.

A mobilização dos produtores na recomposição das matas ciliares, no desenvolvimento de alternativas econômicas e na consolidação da Agriapis são os resultados mais visíveis do Programa. O resultado menos aparente, mas não menos importante, é a conscientização a respeito da necessidade de uma convivência mais harmônica com o meio ambiente, sem a qual não será possível preservar o rio Jiquiriçá.



Programa Campos Naturais do Planalto Serrano Catarinense

Área de implantação: Lages – SC

Instituição: Epagri (Estação Experimental De Lages)

Contato: Ulisses de Arruda / Nelson Eduardo Prestes

Rua João José Godinho, S/Nº

Lages, SC – CEP: 88502-970

Telefone: (49) 224-4400 – Fax: (49) 224-4400

e-mail: ulisses@epagri.rct-sc.br

Pastos bem cuidados e lucrativos

A MELHORIA DOS CAMPOS NATURAIS DO PLANALTO CATARINENSE
PRESERVA O MEIO AMBIENTE E AMPLIA O POTENCIAL
DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO MAIS POBRE DO ESTADO

A paisagem do sudoeste de Santa Catarina, na região do planalto serrano, compreende pequenas áreas de mata nativa, montanhas que superam os 1.000m de altitude e grandes campos ondulados (as chamadas coxilhas), onde a principal atividade econômica é a pecuária extensiva. Nesse sistema, o gado é criado solto na propriedade e não se faz nenhum tipo de manejo das pastagens.

Isso reduz os índices de produtividade da pecuária local, já prejudicada pelo rigoroso inverno que caracteriza o clima do planalto serrano. Os baixos índices de produtividade concorrem para diminuir cada vez mais a renda do homem do campo e aumentar o êxodo rural. Situada a



cerca de 100 Km do litoral, com 19 municípios e cerca de 280 mil habitantes, a região hoje é considerada a mais pobre do Estado, depois de ter ocupado uma posição de destaque na economia catarinense.

O Programa de Melhoramento de Campos Naturais surge como uma resposta criativa a essa sombria trajetória. Utilizando técnicas simples e acessíveis, o Programa propicia aos produtores o incremento da renda por meio do ganho de produtividade. Como efeito indireto, a iniciativa contribui para manter o homem do campo em sua terra de origem.

O aumento de produtividade é conseguido mediante práticas de manejo e melhoramento, tais como: correção da acidez do solo, sub-

Com técnicas simples e acessíveis,
o Programa propicia aos produtores
o incremento da renda por meio
do ganho de produtividade

divisão das pastagens, descansos estratégicos, roçadas, ajuste da lotação de bovinos por unidade de área, fertilização superficial, controle de plantas indesejáveis e a introdução con-

sorciada de espécies de alto valor forrageiro, resistentes aos períodos de frio intenso, época em que os campos nativos perdem seu valor nutritivo.

A combinação dessas práticas, aliadas ao manejo sanitário preventivo e adequado do rebanho, permitem, no mínimo, dobrar a eficiência de utilização de campos naturais. Os beneficiários do Programa são pequenos produtores rurais, que têm na agropecuária, e especificamente na bovinocultura, uma importante fonte de renda; ou cujas propriedades apresentam potencial para essa atividade. Para participar do Programa, o produtor deve freqüentar um curso profissionalizante em pecuária de corte ou de leite e outro em manejo e melhoramento de campo nativo. Cada produtor inscrito pode ser contemplado com o financiamento necessário à implantação de, no máximo, 15 hectares.

A rede de parceiros

Os recursos financeiros são provenientes do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) – operado diretamente pelas prefeituras, com recursos repassados pelo governo estadual – das associações de produtores rurais, principalmente a Federação dos Agricultores de Santa Catarina (FAESC), e do Programa Pró-Pasto, uma linha de crédito do BNDES para a implantação e recuperação de pastagens degradadas.

No caso dessa linha de crédito, porém, há uma grande dificuldade de acesso para os pecuaristas do planalto serrano, devido às garantias exigidas do tomador de empréstimos. Para superar tal dificuldade, o Programa conta com a articulação e a coordenação da rede de atores envolvidos, que permitem tanto o acesso às outras fontes externas de financiamento quanto a mobilização de recursos da própria região.

A iniciativa para a implementação do Programa coube à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). O órgão é responsável pela geração e difusão da tecnologia para o manejo dos campos naturais, pela capacitação de produtores e técnicos e pela organização de eventos, cuidando ainda da coordenação técnica do Programa. Além das suas atividades de pesquisa, a Epagri estabelece convênios com universidades, principalmente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), composta pelos 19 municípios, participa do Programa com a alocação de recursos, a organização de eventos e a promoção da iniciativa perante as prefeituras. Seu papel é extremamente importante, pois é a organização com maior capacidade de mobilização política entre os municípios da região. A Federação dos Agricultores de Santa Catarina (FA-ESC) possibilita, por meio dos recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a realização da maioria dos eventos de difusão tecnológica e de capacitação dos técnicos e dos produtores.

Outro ator relevante é o Fórum de Secretários Municipais de Meio Ambiente (Forsema), que constitui o principal espaço de discussão do Programa.

Participam ainda a Secretaria Estadual da Agricultura e Política Rural, que tem financiado máquinas e insumos para grupos de produtores por meio do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), além do

Indicadores	Sistema Tradicional	Melhoramento de Campo Nativo
Técnicos		
Taxa de natalidade (%)	60,30	96,90
Taxa de mortalidade (%)	2,00	0,53
Lotação (cabeças/ha/ano)	0,40	2,01
Idade de abate (meses)	39,00	27,00
Econômicos		
Renda bruta (US\$/ha/ano)	26,00	200,13
Custos variáveis (US\$/ha/ano)	14,00	47,37
Margem bruta (US\$/ha/ano)	12,00	152,76



Banco do Brasil e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que repassam os recursos do Pró-Pasto e do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

“Boi verde”

A relação entre os parceiros da iniciativa está assentada em um ambiente de confiança mútua, que levou os pecuaristas a assumir o risco de adotar uma nova técnica de produção. A Epagri coordena as ações no plano regional e em cada município há um agente responsável pelo contato e apoio direto aos produtores. Em alguns casos, esse papel é cumprido pela prefeitura, em outros pelo sindicato rural ou ainda pelo próprio extensionista da Epagri.



MELHORIA DAS PASTAGENS
AUMENTOU PRODUTIVIDADE

Em seis anos de funcionamento, o Programa realizou 55 eventos de difusão tecnológica, com a participação de mais de 6 mil pessoas. Durante esse período, o melhoramento dos campos naturais beneficiou 650 produtores, possibilitando o incremento de produtividade de 50 para 365 kg de peso vivo/ha/ano.

Graças à melhoria das pastagens, o planalto catarinense pode se consolidar como uma das melhores regiões do país para a criação do “boi orgânico” ou “boi verde”. Nesse tipo de criação, a engorda dos rebanhos ocorre em regime de alimentação natural, utilizando o mínimo possível de produtos químicos. A carne assim produzida recebe um preço médio superior ao da carne comum.

Indo além dos aspectos econômicos, o Programa tem contribuído para o aumento do associativismo entre os produtores, uma vez que agora há um elemento aglutinador de interesses. São raras as pessoas que voltam ao sistema tradicional de produção após a implantação do Programa em suas propriedades, e a percepção da viabilidade da pecuária faz o serrano se sentir novamente uma figura importante no cenário local. Outro conjunto de benefícios pode ser percebido no meio ambiente, a começar pela diminuição das queimadas. O Programa também contribui para a manutenção do equilíbrio ecológico, para a recuperação de pastagens degradadas e para a promoção de práticas preservacionistas, como o controle da erosão do solo.



**Projeto de Pesquisa, Prevenção
e Intervenção sobre o Uso de Bebidas
Alcoólicas e Alcoolismo entre os
Kaingáng da T.I. Apucarantina**

Área de implantação: Terra Indígena Apucarantina – PR

Instituição: Secretarias Municipais de
Assistência Social e de Saúde

Contato: Marlene de Oliveira
Av. Duque de Caxias, 635
Londrina, PR – CEP: 86015-901

Telefone: (43) 3372-4000 / 3252 – Fax: (43) 3372-4359
e-mail: moliveir@sercomtel.com.br

Uma questão de toda a tribo

PROJETO ENFRENTA O ALCOOLISMO ENTRE OS KAINGÁNG
DE LONDRINA, COM MÚLTIPLAS AÇÕES DE SAÚDE,
EDUCAÇÃO E REVITALIZAÇÃO CULTURAL

Cerca de 70 quilômetros separam o centro de Londrina da Terra Indígena do Apucarantina, que se encontra sob a jurisdição da Fundação Nacional do Índio (Funai). A aldeia abriga 1.250 Kaingáng (em torno de 220 famílias) e seus 6.300 hectares são o que restou de uma reserva de 54 mil hectares.

Como toda a população indígena brasileira, os Kaingáng sofrem as consequências trazidas por cinco séculos de expropriação das suas terras e de perda da sua autonomia. Em Londrina, tal processo resul-



tou no confinamento dos Kaingáng em aldeias controladas por administradores brancos, missionários e civis.

Uma das transformações impostas pelos brancos foi a introdução de alambiques nas aldeias. Até então, os índios ingeriam bebidas fermentadas, em ocasiões específicas, como parte de seus ritos. Isso não configurava dependência ou patologia no sentido hoje preconizado pela Organização

Mundial da Saúde, mas abriu caminho para a ocorrência posterior do alcoolismo. Segundo a antropóloga Marlene de Oliveira, no século XIX os Kaingáng plantavam cana-de-açúcar e produziam grande quantidade de aguardente, que era comercializada nas vilas próximas pelos diretores dos aldeamentos.



KAINGÁNG: CONFINAMENTO E PROBLEMAS DE SAÚDE

Mais de cem anos depois, em 1993, a Prefeitura de Londrina implementou, de forma inédita no país, o Programa de Atendimento aos Kaingáng, com atuação nas áreas social, de saúde, educação,

agricultura e meio ambiente. A Secretaria Municipal de Assistência Social coordena o trabalho, que está integrado a outras secretarias.

Entre os problemas de saúde identificados pelo Programa (subnutrição, doenças infecto-respiratórias, infecto-contagiosas, parasitoses intestinais, tuberculose, etc.), o alcoolismo apareceu como um agravo importante entre jovens acima de 12 anos e adultos. Além disso, várias crianças apresentavam patologias ligadas à situação dos pais alcoolistas, como a desnutrição e malformações físicas e cerebrais decorrentes do abuso de bebidas alcoólicas durante a gestação. Também se verificaram óbitos causados por acidentes e violência motivados pelo álcool.

O Projeto para Redução do Uso de Álcool e Alcoolismo foi implementado nesse contexto, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Ação Social, que faz um trabalho articulado ao da Secretaria de Saúde. A iniciativa implementa ações de pesquisa, prevenção e de intervenção sobre o uso de bebidas alcoólicas e alcoolismo; capacita os profissionais de saúde e de educação que atuam na área indígena e sensibiliza a comunidade para o problema do alcoolismo como uma questão coletiva.

Do consumo para a doença

Associando estudo e pesquisa com a intervenção sobre a realidade dos Kaingáng, o Projeto desloca o conceito de alcoolismo do campo físico/individual para o campo coletivo/social e convida a comunidade a participar de ações preventivas. Conforme explica Marlene de Oliveira, “somente através do resgate da identidade individual e coletiva e do fortalecimento organizacional, social/cultural, é que se dará o resgate da cidadania e, portanto, maior efetividade e resultados positivos”. Por isso, mudanças efetivas só poderão ser observadas no médio e no longo prazos.

Um instrumento fundamental para a execução do Projeto é o *Inquérito Antropológico*: uma série de entrevistas com pessoas que vivenciam o problema do alcoolismo. Busca-se conhecer melhor sua origem, compreender qual o significado da bebida alcoólica para o grupo e saber como se dá a mudança das formas tradicionais de beber para a introdução de bebidas destiladas, ou seja, do consumo para a doença. Já o *Estudo de Prevalência (Diagnóstico Epidemiológico)* possibilita dimensionar o consumo do álcool na área indígena, ao mesmo tempo em que se verifica a situação socioeconômica das famílias.

Durante a realização desse trabalho, apurou-se que 10,7% da população da Terra Indígena está em risco. Os índios consomem preferencialmente a cachaça e alguns fazem uso de vinho e de cerveja, mas não os consideram bebidas de álcool. Produtos como álcool de farmácia e desodorantes também são consumidos por alguns membros da comunidade.

Para detectar se uma pessoa está em situação de risco, utiliza-se o *Cage*, um questionário-padrão muito usado em ambulatórios e hospitais. O questionário passou por algumas adaptações antes de ser aplicado aos indígenas do Apucaraniha. Por exemplo: a palavra “culpa”, que aparece no *Cage* original, foi substituída pelo termo “vergonha”, que faz mais sentido para os Kaingáng.

Oficinas de Capacitação em Alcoolismo e DST/Aids reuniram representantes indígenas, professores bilíngües, profissionais de saúde



COMUNIDADE PARTICIPA
DE AÇÕES PREVENTIVAS



de, mulheres e adolescentes, resultando na elaboração de cartilhas e outras publicações educativas bilíngües.

Futebol e danças

Professores indígenas foram capacitados para prevenir o alcoolismo entre as crianças e existe a intenção de se incluir o tema no currículo transversal. Conforme constatado em pesquisa, o uso de bebidas alcoólicas pelos Kaingáng começa por volta dos 11 ou 12 anos, embora várias narrativas revelem que alguns começam a beber aos sete anos.

Entre as atividades voltadas para as crianças e os adolescentes, destaca-se a Escolinha de Futebol *Goiá to Ve-me*. Os treinos são realizados por dois instrutores indígenas, que ministram aulas diariamente

a todos os estudantes da 1ª a 4ª série, em períodos alternados. Ao final de cada treino, instrutores e alunos discutem a questão do álcool.



PROJETO RETOMA AS FESTAS
TRADICIONAIS

Profissionais de saúde também passaram por uma capacitação a fim de se garantir o adequado atendimento ambulatorial e o acompanhamento contínuo à pessoa alcoolista e à sua família. A Unidade Básica de Saúde do Apucarantina atende, em média, 420 pessoas por mês e, de janeiro a agosto de 2003, realizou 120 atendimentos ambulatoriais específicos a alcoolistas.

A fim de se revitalizar a cultura dos Kaingáng e resgatar sua autoestima, o Projeto trabalha com a retomada de festas tradicionais. A dança Kaingáng, por exemplo, tem ressurgido pelo grupo de danças *Vãnh Tân*. A recriação da Festa do Eme e do Ritual da Pesca do Pãri deu um novo sentido a essas celebrações, inserindo-as em festividades dos brancos, como o Dia do Índio, o Natal, o Ano-Novo, os dias de Santo Antonio, São João e São Pedro.

Tais atividades despertam o entusiasmo da comunidade pelo trabalho e mostram a necessidade de uma abordagem multidisciplinar em relação ao problema do alcoolismo. Com o sucesso da experiência, índios de aldeias próximas manifestam o desejo de viver no Apucarantina, enquanto a equipe do Projeto tem sido convidada a participar de discussões sobre o alcoolismo em Terras Indígenas do Paraná e de outros estados.



Soro, Raízes e Rezas

Área de implantação: Maranguape – CE
Instituição: Secretaria Municipal de Saúde
Contato: Maria Ruth Cavalcante Martins
 Praça Senador Almir Pinto, S/N
 Maranguape, CE – CEP: 61940-000
 Telefone: (85) 369-9130 – Fax: (85) 369-9131

O soro bendito

EM MARANGUAPE (CE), REZADEIRAS E MÉDICOS
 SUPERAM PRECONCEITOS E SE TORNAM PARCEIROS
 NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

Até 1998, o município de Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza, registrava um elevado índice de mortalidade infantil. Com aproximadamente 90 mil habitantes, Maranguape tinha apenas dois médicos, cuja atuação na extensa área rural era bastante limitada. Em 1999, o município ampliou o Programa de Saúde da Família e aumentou o número de médicos para 19, que trabalham em conjunto com os agentes comunitários de saúde.

Mas a mortalidade infantil continuou elevada, e 40% dos óbitos em menores de um ano decorriam de diarreia. Uma equipe da Secretaria de Saúde, formada por uma epidemiologista, uma assistente social e uma assessora de projetos especiais, decidiu investigar essas mortes por meio de um processo conhecido como “autópsia verbal”.



Trata-se da aplicação de questionários detalhados, que buscam identificar desde as condições socioeconômicas da família e a sua relação com a comunidade, até o atendimento no serviço de saúde.

As autópsias verbais mostraram que várias crianças morriam nas mãos das rezadeiras – pessoas de confiança da comunidade, às quais os familiares recorriam quando a criança não estava bem. Em Maranguape, para cada médico há 10 rezadeiras. A diarreia seria facilmente superada pela hidratação oral, mas elas muitas vezes orientavam a suspensão de qualquer tipo de alimento e concentravam-se na reza, deixando a hidratação da criança em segundo plano.

A população preferia seguir as recomendações das rezadeiras – mais próximas do cotidiano da comunidade

A equipe da Secretaria de Saúde concluiu que, para diminuir a mortalidade infantil decorrente de diarreia, havia a necessidade

de conhecer as rezadeiras do município e compreender melhor o seu papel na comunidade, envolvendo-as na hidratação das crianças. Por outro lado, seria preciso também que os profissionais de saúde tivessem disponibilidade para aprender com as rezadeiras, compreendendo o significado da reza na efetivação da cura. Surgiu, assim, o Programa Soro, Raízes e Rezas.

I ntegração das ações

A iniciativa tem, como principal objetivo, reduzir os casos graves de diarreia e diminuir os óbitos por essa causa em menores de um ano. Para isso, é fundamental garantir a hidratação oral da criança, ampliando o uso do soro oral. Porém, não basta o profissional de saúde receitar o soro, pois a prescrição nem sempre é seguida pela população. A receita tinha de ser introduzida na ocasião da reza.

No início do Programa, em 1999, os agentes comunitários de saúde identificaram as rezadeiras existentes em suas comunidades de atuação e as convidaram a se cadastrar na Secretaria Municipal de Saúde para um trabalho conjunto. Na época, cadastraram-se 155 rezadeiras. Para elas, a iniciativa significava um reconhecimento por parte do poder público quanto à importância de seu trabalho.

A partir do cadastramento, a Secretaria realizou três tipos de ações. Primeiro, buscou a valorização do “dom da reza” e a troca de

experiências entre as próprias rezadeiras. Elas não costumam revelar seus conhecimentos, mas pretendia-se que conversassem sobre as dificuldades do dia-a-dia e sobre as possibilidades de diálogo com as equipes de Saúde da Família. Com essa finalidade, a Secretaria de Saúde organizou o primeiro encontro de rezadeiras, em 1999, e um outro, em 2003.

Outro tipo de ação desenvolvida pela Secretaria diz respeito à integração entre as equipes de Saúde da Família e as rezadeiras que atuam no mesmo bairro. Havia um abismo entre os dois grupos, porque um não confiava no trabalho do outro. A população, por sua vez, preferia seguir as recomendações das rezadeiras – mais próximas do cotidiano da comunidade. Para transformar essa atuação competitiva num trabalho cooperativo, foi preciso que os dois grupos compreendessem suas próprias limitações. Com a criação de relações de proximidade entre os profissionais de saúde e as rezadeiras, elas passaram a encaminhar a população para o médico e vice-versa. A assistência médica e o saber tradicional tornaram-se complementares.

Reuniões periódicas entre ambos os grupos contribuem para a superação de preconceitos recíprocos. Nessas ocasiões, as estatísticas sobre óbitos por diarréia em menores de um ano são analisadas e comparadas com os atendimentos realizados pelas rezadeiras e com os encaminhamentos feitos por elas e pelos profissionais de saúde. Na medida em que se constata os benefícios da ação conjunta, reforça-se a importância de uns colaborarem com os outros.



“Cantinho da fé”

Um terceiro conjunto de ações do Programa refere-se à capacitação das rezadeiras, que muitas vezes procuravam tratar as crianças usando chás e infusões com água não filtrada. Além de de-



monstrar a elas a importância do soro caseiro e da água filtrada, o Programa entregou-lhes utensílios como filtro, jarra para preparação do soro e uma colher de cabo longo para misturar o soro sem que a mão entre em contato com o soro. Os sais de hidratação oral são repassados pelos agentes de saúde, de acordo com a demanda. Para motivar as mães, as rezadeiras passaram também a benzer o soro, fortalecendo as recomendações médicas.

Uma Unidade Básica de Saúde da área urbana chegou a implantar um “cantinho da fé”, onde uma das rezadeiras do bairro dedica parte do seu dia ao atendimento das famílias que saem do consultório médico. Ela benze a criança e o medicamento, e em sua mesa os objetos religiosos misturam-se ao material para a preparação do soro.

Os óbitos por diarreia foram reduzidos para 5% do total de óbitos em menores de um ano e o número de rezadeiras cadastradas subiu para

Elas agora passam por um processo
de esclarecimento quanto à
importância do aleitamento materno
até o sexto mês de vida

188. Nas áreas urbanas, comerciantes e empresários doaram placas de identificação para serem afixadas na porta das rezadeiras. Tal identificação simboliza o reconheci-

mento de seu papel por parte da comunidade e do poder público. Elas agora passam por um processo de esclarecimento quanto à importância do aleitamento materno até o sexto mês de vida da criança.

Outra frente de atuação aberta recentemente pelo Programa envolve os raizeiros (vendedores de raízes e ervas). Pretende-se fazê-los utilizar água filtrada em seus xaropes e garrafadas, além de substituir o uso de ervas que, segundo comprovação científica, podem ser tóxicas conforme o uso. É um trabalho mais difícil pois, ao contrário das rezadeiras, que não cobram nada por seus serviços, o raizeiro vive de vender as ervas e as raízes, relutando em alterar as receitas tradicionais. Além disso, os raizeiros temem o controle da Vigilância Sanitária.

Para convencer os raizeiros, a equipe do Programa usa a mesma disposição com que venceu a resistência dos médicos e das rezadeiras. Ao fazê-lo, o Programa se insere num movimento mais amplo, apoiado pela Organização Mundial da Saúde, de valorização do saber tradicional para garantir a saúde das populações.



Biblioteca Itinerante

Área de Implantação: Monsenhor Gil – PI
Instituição: Secretaria Municipal de Educação
Contato: Calíope Chagas Barreto
Rua José Noronha, 312
Monsenhor Gil, PI – CEP: 64450-000
Telefone: (86) 258-1257 – Fax: (86) 258-1166
e-mail: seceducar@secrel.com.br

A trupe do conhecimento

EQUIPE DE PROFESSORAS PERCORRE ESCOLAS
DE COMUNIDADES POBRES LEVANDO RECURSOS
QUE ENCANTAM OS ALUNOS

Em Monsenhor Gil, município a 57 km de Teresina, a rotina de algumas escolas é interrompida mensalmente pela chegada de cinco professoras e um motorista. O grupo surge às sete da manhã, numa *van* que transporta também uma inusitada parafernália: dois micro-computadores, um aparelho de TV com videocassete, um aparelho de som, fitas de vídeo, CD's, duas caixas de livros, fantoches, máscaras, um palco desmontável de papelão, uma caixa de flautas, um teclado, uma cítara e um órgão de garrafas, entre outros engenhos.

Esse sortimento de novidades é motivo de surpresa e alegria entre alunos e professores. Trata-se da Biblioteca Itinerante, um programa concebido pela Secretaria de Educação do município para levar atividades culturais, pedagógicas e artísticas aos alunos de nove escolas.



A maioria dos 11.500 habitantes de Monsenhor Gil vive no campo e a economia local sustenta-se com as transferências de verbas das outras esferas de governo e com as aposentadorias dos trabalhadores rurais. Segundo a secretária de Educação, Calíope Chagas Barreto, os prefeitos que até há alguns anos se sucediam no poder limita-



ATIVIDADES ENVOLVEM MAIS
DE 1200 ALUNOS

vam-se a construir escolas, sem preocupação quanto às condições das salas de aula nem quanto à qualidade do ensino. Havia muitas escolas de taipa e várias delas eram utilizadas pela comunidade como abrigo para os bodes durante a noite, o que obrigava os estudantes a conviver com o mau cheiro. Também havia escolas funcionando nas residências das professoras, que se dedicavam às tarefas domésticas enquanto deixavam os alunos a copiar as palavras do quadro-negro. O salário médio dos professores não passava de R\$ 60 e muitos não tinham a formação mínima para exercer a profissão.

Melhorias na educação de Monsenhor Gil só foram possíveis após a instituição, pelo governo federal, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Com a criação do Fundo, em 1996, o salário médio dos professores subiu para R\$ 400. Além disso, a Secretaria de Educação do município reduziu de 54 para 26 o número de escolas de educação infantil e de ensino fundamental, sem deixar de atender os mais de 2.500 alunos. Os materiais de construção dos estabelecimentos desativados foram reaproveitados, servindo, por exemplo, para construir sanitários nas escolas restantes. As mudanças possibilitaram uma administração mais eficaz e contribuíram para o controle da qualidade do ensino.

Promoção da cidadania

No entanto, as condições das escolas rurais ainda são precárias. Algumas sequer possuem água encanada e todas padecem com a carência de livros e de recursos pedagógicos. Nas casas que as rodeiam, o rádio muitas vezes é o único meio para entrar em contato com o resto do mundo, já que os aparelhos de TV são artigos raros. Existe, inclusive, uma comunidade rural onde ninguém possui televisão. Foi para superar essas limitações e melhorar o aprendizado

das crianças que a Secretaria de Educação desenvolveu o Programa Biblioteca Itinerante.

O Programa tem como objetivo principal estimular alunos e professores para que compreendam a importância da arte e da cultura locais como instrumento de promoção da cidadania. Uma equipe de cinco professoras, todas especialistas em suas respectivas áreas de atuação, visita mensalmente as escolas participantes do Programa, desenvolvendo ao longo do dia experimentos científicos e atividades de música, teatro, cinema, literatura e informática. As atividades envolvem mais de 1.200 alunos e cerca de 80 professores, atingindo quase a metade da rede municipal de ensino.

A Biblioteca Itinerante priorizou as unidades não beneficiadas pelo Escola Ativa, um programa do Ministério da Educação para as escolas com classes multisseriadas (séries diferentes na mesma sala de aula) das áreas rurais do Norte e do Nordeste. O Programa do governo federal oferece cursos de capacitação aos professores, fundos para a melhoria da infra-estrutura escolar e kits pedagógicos.

Em Monsenhor Gil, o Escola Ativa atende 17 escolas e a Biblioteca Itinerante, as outras nove (quatro na zona urbana e cinco na zona rural). Mas o sucesso da iniciativa municipal tem feito com que as escolas beneficiadas pelo Escola Ativa também peçam a visita da Biblioteca Itinerante.



Sucatas e criatividade

Tanto interesse se deve ao enriquecimento cultural proporcionado pelo Programa. Os alunos trabalham com a literatura de cordel, têm acesso a livros emprestados pela Secretaria, produzem peças de teatro, aprendem a usar o microcomputador e assistem a fitas de vídeo. Eles também conhecem diferentes estilos musicais e, graças à colaboração da banda municipal, podem manusear os instrumentos. Uma das professoras confeccionou um órgão de garrafas e a



Biblioteca Itinerante adquiriu uma caixa de flautas doces, tendo em vista formar grupos de flauta nas escolas. Usando algumas sucatas e muita criatividade, a equipe do Programa confecciona Instrumentos de laboratório, driblando a escassez de recursos. Um medidor da capacidade do pulmão, por exemplo, foi montado a partir de uma bacia e um garrafão de água. A Secretaria de Saúde também colabora, emprestando materiais como luvas e microscópio. Assim, os alunos podem vivenciar experiências que antes conheciam apenas por meio da sua imaginação ou dos livros didáticos.

Todas as atividades têm por princípio a interdisciplinaridade, mediante um trabalho articulado entre os professores de todas as matérias: os filmes podem suscitar questões de Geografia, a música ajuda a ensinar Matemática e o teatro ilustra lições de História. Mas a preocupação central de todos os professores é o aprimoramento da leitura e da escrita.

Para as classes de 5^a. a 8^a. séries, as atividades acontecem em salas diferentes e os alunos têm liberdade para escolher as de sua

preferência. Espontaneamente, muitos passaram a assistir a todas as aulas. Outro aspecto importante é que o Programa não impõe as atividades a serem realizadas, procurando respeitar o planejamento e o cronograma dos professores. As datas de visita às escolas são definidas com antecedência, mas não são comunicadas aos alunos, a fim de acrescentar o gosto do inesperado ao prazer de cada encontro.

O impacto do Programa estende-se à família, aos vizinhos e à comunidade em geral, disseminando conhecimentos aos cidadãos do município. Após a implementação da experiência, aumentou o movimento na biblioteca pública municipal e cresceu o interesse dos moradores pelos eventos culturais promovidos pela prefeitura.

Nas escolas, nota-se uma integração maior na relação entre os professores e os alunos, que se tornaram mais investigativos, criativos, sensíveis e críticos. No futuro, eles certamente terão maiores possibilidades de romper o ciclo de pobreza em que vivem.





Projeto de Formação de Professores do Parque Indígena Xingu

Área de implantação: Parque Indígena do Xingu – MT

Instituição: Associação Terra Indígena do Xingu

Contato: Mairawe Kaiabi / Makupa Kaiabi / Alupá Kaiabi

Av. Mato Grosso, 688

Canarana, MT – CEP: 78640-000

Telefone: (11) 3660-7949 – Fax: (11) 3660-7945

Um país chamado Xingu

COM PROFESSORES FORMADOS NAS PRÓPRIAS ALDEIAS,
ÍNDIOS DE MATO GROSSO EXECUTAM UM PROJETO DE
EDUCAÇÃO QUE FORTALECE A DEFESA DE SEU TERRITÓRIO

Segundo a Unesco, o Parque Indígena do Xingu representa o mais rico mosaico lingüístico das Américas: abrigando uma população de 4 mil índios numa área equivalente à de Sergipe, o Parque reúne 14 povos indígenas, cada um com a sua própria língua. Criado em 1961, chegou a ser considerado o cartão de visita da política indigenista oficial. Durante 17 anos, o Parque Indígena ficou sob a direção de Orlando Villas-Bôas, que procurou impedir ao máximo o contato de seus habitantes com o exterior. Apesar desse esforço, o Xingu não resistiu à influência do modelo de ocupação que se desenvolveu à sua volta.



A partir da década de 70, com o incentivo do governo, grandes fazendas de soja e de gado instalaram-se na bacia do rio Xingu. Na década de 80, começaram as invasões de pescadores e caçadores.



XINGU É HABITADO POR
14 POVOS INDÍGENAS

Ao final dos anos 90, a ameaça vinha das queimadas nas fazendas localizadas a nordeste e das madeireiras instaladas a oeste. Além disso, a ocupação do entorno começou a poluir as nascentes dos rios que abastecem o Parque.

Para proteger seu território e enfrentar as consequências da intensificação do contato entre as aldeias e o mundo externo, as lideranças indígenas do Xingu fundaram, em 1994, a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX). Dentre os projetos desenvolvidos pela Associação, destaca-se o de educação, considerado fundamental para trazer às aldeias o conhecimento a respeito dos não-índios, ao mesmo tempo em que valoriza a língua e os costumes de cada um dos povos que habitam o Parque.

A valiação da comunidade

No começo da década de 80, a Funai realizou um programa de educação em algumas terras indígenas, dentre elas o Xingu. Professores não-índios passaram a freqüentar as aldeias, dando aulas em português e utilizando o currículo e o calendário da escola oficial. “Tínhamos dificuldade de manter diálogo com a professora, que não entendia nossa língua”, lembra Korotowi Ikpeng, hoje professor de uma escola estadual no Parque. “O conteúdo era da cidade e não tinha nada a ver com a nossa realidade; não despertava o interesse. Quando a gente saía para pescar ou para a roça com os nossos pais, recebíamos falta”.

No final dos anos 80, os professores deixaram de ir ao Xingu por uma série de razões, como a falta de pagamento dos salários e de pessoas interessadas em continuar o trabalho. Durante esse período, a pedido das comunidades, alguns ex-alunos começaram a dar aulas. Ao mesmo tempo, um grupo de ex-professoras da Funai submeteu um projeto de formação de professores indígenas à organização não-governamental Fundação Mata Virgem, apoiada pela *Rainforest Foundation*, da Noruega.

O projeto foi aprovado e, em 1994, iniciou-se o primeiro curso de formação de professores. A iniciativa ganhou um novo impulso a partir de 1996, quando o Instituto Socioambiental (ISA) assumiu a coordenação do projeto e intensificou a busca de recursos e parcerias. A Secretaria Estadual de Educação e o Ministério da Educação, por exemplo, passaram a fornecer recursos para a compra de materiais escolares, a construção de escolas e a disseminação da iniciativa para outras comunidades indígenas. A Secretaria também fornece técnicos para o acompanhamento pedagógico das escolas.

A formação de professores acontece em duas etapas. A primeira etapa compõe-se de dois cursos intensivos, realizados nos meses de maio e outubro. Cada curso dura 30 dias e engloba História, Geografia, Matemática e Pedagogia, dentre outras matérias. O conteúdo das aulas aborda aspectos da realidade xinguana, como as questões ambientais, a história de cada povo, o manejo de recursos naturais e do lixo.

Os cursos representam também uma oportunidade de encontro entre os professores das diferentes etnias do Xingu para a troca de experiências, a discussão sobre o processo de gestão das escolas e o encaminhamento de reivindicações às autoridades.

A segunda etapa da formação corresponde ao acompanhamento pedagógico dos professores nas escolas das aldeias. Ocorre nos meses entre cada curso intensivo e é realizado por uma equipe de educadores do ISA, da Secretaria de Educação do Estado e por professores indígenas que concluíram o curso. O acompanhamento pedagógico visa avaliar o resultado da formação de professores e inclui também o planejamento das aulas e a avaliação da comunidade sobre a escola.



AULAS ABORDAM A
REALIDADE XINGUANA

Estudos sobre o meio ambiente

Ao participar do curso, cada professor deve fazer, anualmente, um trabalho de pesquisa sobre um tema da sua realidade sociocultural. Os trabalhos são registrados por meio de desenhos e textos, em língua portuguesa ou indígena, e acabam servindo para a elaboração de materiais didáticos.



Os trabalhos dos professores abordam as tradições e a história de cada povo; bem como o uso e a conservação dos recursos disponíveis na região. Tais trabalhos deram origem a importantes estudos sobre o meio ambiente do Parque Indígena e de seu entorno. Os professores fizeram, inclusive, um diagnóstico da bacia do rio Xingu e levantaram uma discussão sobre a necessidade de se controlar o lixo dentro do Parque.



ESCOLA PODE AJUDAR A
LUTA PELA TERRA

Com a formação dos professores, as aulas passaram a ser mais freqüentes e os alunos estão conseguindo ir além das atividades tradicionais (trabalhar na roça, pescar, caçar, fazer artesanato, etc.). Tornam-se agentes de saúde, apicultores, professores e motoristas de barco, por exemplo. Os professores, por sua vez, começam a se especializar, sendo que alguns ingressaram no concorrido curso universitário indígena da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat).

O projeto tem conseguido enfrentar um problema apontado em algumas iniciativas de educação indígena no país, nas quais o ensino da língua indígena se dá na forma oral e os alunos apresentam dificuldades em se expressar na forma escrita. No Xingu, os livros de alfabetização possibilitam o desenvolvimento da escrita nas diversas línguas indígenas existentes no Parque.

As instalações e o calendário das escolas variam de acordo com os costumes de cada comunidade, que define essas características em discussões com os professores. Além disso, as escolas estaduais têm autonomia para gerenciar os recursos destinados à compra da merenda, uma conquista alcançada após intensa mobilização dos professores, da comunidade e de instituições parceiras, como o ISA. Graças a isso, a merenda escolar é composta por produtos adquiridos na própria aldeia e que fazem parte dos hábitos alimentares dos índios, como a mandioca e o mel.

Tais inovações fazem com que a iniciativa seja utilizada pelo Ministério da Educação como referência para outras comunidades indígenas do país. "No futuro, a escola vai servir para a luta do povo indígena do Xingu pela sua terra", acrescenta Makaulaka Mehinako, um dos professores formados pelo projeto.



Democratizando o Conhecimento sobre as Contas Públicas

Área de implantação: Pernambuco

Instituição: Escola de Contas Públicas Professor Barreto
Guimarães - Tribunal de Contas de Pernambuco

Contato: Carlos Maurício Cabral Figueiredo
Rua da Aurora, 883

Recife, PE – CEP: 50050-000

Telefone: (81) 3413-7724 – Fax: (81) 3221-3417

e-mail: cmauricio@tce.pe.gov.br

O tribunal que ensina

EM PERNAMBUCO, O TRIBUNAL DE CONTAS SE APROXIMA
DA SOCIEDADE CIVIL E CRIA UMA ESCOLA ONDE SE APRENDE
A FISCALIZAR OS GOVERNOS

Poucos cidadãos sabem o que é e como é feito o orçamento dos governos e menos ainda procuram se informar sobre a prestação de contas dos governantes. A desinformação e o desinteresse a respeito desses assuntos criam um ambiente favorável à corrupção e impedem o pleno exercício da cidadania.

Encarregados de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos, os tribunais de contas são outros ilustres desconhecidos. Em 2001, o Tribunal de Contas de Pernambuco realizou uma pesquisa em todo o Estado e descobriu que 52% dos entrevistados não conheciam o órgão. Por outro lado, dos que sabiam de sua existência e de suas finalidades (24,5%), quase todos o consideravam uma instituição necessária.



Além do desconhecimento por parte da população, o Tribunal enfrentava as queixas das prefeituras, que clamavam por uma atuação menos punitiva e mais pedagógica em relação aos procedimentos de prestação de contas exigidos após a Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para atender a essa demanda e para capacitar os seus próprios servidores e os de outros órgãos públicos, o Tribunal pernambucano criou, em 1998, a Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães.

Posteriormente, a Escola também se voltou para a capacitação de representantes de movimentos sociais, bem como dos cidadãos obrigados a prestar contas dos recursos públicos recebidos por meio de convênios ou de instituições de fomento. Busca-se, assim, evitar a interrupção dos repasses por um eventual erro de procedimento.

As atividades desenvolvidas pela Escola de Contas Públicas se dividem entre os cursos oferecidos rotineiramente na sua sede e os projetos especiais, realizados em parceria com organismos internacionais,

governo do Estado e prefeituras.

Em 2003, a Escola ofereceu em sua sede nove cursos, abrangendo desde a contratação de bens e serviços pela administração pública até a legislação de trânsito. Os cursos custam entre R\$ 200 e R\$ 400 e são frequentados por prefeitos, parlamentares, membros do Judiciário, servidores do legislativo estadual e municipal e de diversos órgãos, bem como por pessoas que lidam diretamente com os temas abordados.

Numa parceria com associações de pequenos produtores rurais, a Escola de Contas Públicas

também ofereceu cursos aos beneficiários de dois projetos do governo de Pernambuco (financiados pelo Banco Mundial) para o combate à pobreza no campo. Entre 2000 e 2001, foram capacitados mais de 3 mil pequenos produtores rurais, a maioria semi-analfabetos, em 60

Perfil dos participantes dos cursos (2000 a junho/2003)

Origem dos participantes	Qtde.	(%)
Sociedade Civil (*)	3.587	18,9
TCE-PE	2.418	12,7
Outros Tribunais de Contas	2.445	12,8
Legislativo/Judiciário	1.929	10,3
Governo estadual e prefeituras pernambucanas	8.601	45,2
Governo da Paraíba	110	0,1
Total	19.090	100,0

Fonte: Escola de Contas Públicas, agosto/2003.
* inclui os pequenos produtores rurais

dos 184 municípios pernambucanos. A iniciativa buscou capacitar os produtores para a prestação de contas dos recursos recebidos do governo estadual, uma vez que a rejeição das contas os colocaria numa situação de inadimplência e impediria novos aportes financeiros.

Cartilha em forma de cordel

Tanto nos cursos oferecidos na sede da Escola de Contas Públicas quanto nos projetos especiais, um instrumento pedagógico bastante eficiente são as cartilhas populares. A cartilha *Tomando Conta da Escola*, por exemplo, demonstra a necessidade de se cuidar do patrimônio escolar e ensina como garantir que os recursos sejam bem utilizados na Educação. A *Cartilha do FUNDEF* traz informações sobre a gestão dos recursos desse fundo bem como sobre a forma de se prestar contas. Já a cartilha *Obras Públicas – fazendo certo* utiliza uma cidade imaginária para ilustrar os benefícios trazidos à comunidade pela transparência nos gastos do governo, além de mostrar a importância de a sociedade acompanhar as obras públicas desde o início. Numa linguagem acessível, a Escola editou também uma *versão simplificada do Parecer Sobre as Contas do Governo do Estado*.



CURSOS AJUDAM A ENTENDER
O ORÇAMENTO

A Escola de Contas Públicas lançou ainda uma cartilha sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o título *Tudo às Claras*. O livreto explica o que o governante pode e o que não pode fazer, destacando a proibição de se gastar mais do que se arrecada. Além disso, a cartilha informa como os cidadãos podem denunciar irregularidades cometidas pelos gestores públicos. A fim de se comunicar melhor com as comunidades rurais, onde são baixos os índices de escolaridade, a Escola lançou uma versão dessa cartilha em forma de cordel e a editou também em CD.

“Eu não tinha a noção de que um prefeito pode ser punido pelo desvio do dinheiro do povo”, conta o agricultor Natanael Paulo da Silva, aluno de um curso realizado pela Escola de Contas Públicas no município de Glória do Goitá, a 100 km do Recife. Natanael aprendeu a acompanhar a execução das obras públicas e a conscientizar sua comunidade sobre a necessidade de cuidar do patrimônio coletivo. “Agora não vou mais ser passado para trás”, afirma.



Rede de Combate à Corrupção

O diálogo da Escola de Contas Públicas com a sociedade civil não tem se limitado aos cursos. A partir dessa experiência, houve uma aproximação com diversas organizações não-governamentais, a fim de ajudá-las a acompanhar os gastos públicos em suas respectivas áreas de atuação. Ao mesmo tempo, as ONGs têm sido um espaço privilegiado para a disseminação das cartilhas populares.



ESCOLA ATENDE TAMBÉM OS
MOVIMENTOS SOCIAIS

Como resultado dessa aproximação, foi criado o Fórum de Transparência Sobre a Gestão Pública Estadual e Municipal. No médio prazo, o Fórum deve dar origem à Rede de Combate à Corrupção no Estado. O papel da Escola será oferecer à Rede um banco de dados, em linguagem de fácil compreensão, sobre os gastos e investimentos de cada setor da administração pública nos municípios e no Estado. Ela terá também a

incumbência de capacitar os integrantes da futura Rede para a avaliação dos gastos dos governos. As ONGs, por sua vez, farão a análise do impacto setorial dos gastos das prefeituras e do Estado, produzindo relatórios acerca da qualidade dos investimentos.

Por meio de um convênio com a prefeitura do Recife, a Escola já prepara a capacitação de todos os conselheiros e delegados do Orçamento Participativo da capital, em temas relacionados com a elaboração e execução do orçamento. Fora de Pernambuco, a experiência da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães desperta a atenção de outros tribunais de contas, que procuram conhecer a metodologia, implantar iniciativas semelhantes ou estabelecer parcerias para o oferecimento de cursos aos seus servidores.

Os cursos representam, aliás, a principal fonte de sustentação da Escola, que recebe uma repasse anual de R\$ 60 mil do governo do Estado. Todo o seu corpo de funcionários faz parte do quadro fixo de servidores do Tribunal de Contas de Pernambuco. Porém, segundo o diretor da Escola, Carlos Maurício Figueiredo, a tendência é que a instituição torne-se auto-sustentável no médio prazo, inclusive com a construção de um prédio próprio.



Unidade Habitacional Acessível a Pessoas Portadoras de Deficiência em Loteamentos de Habitação de Interesse Social

Área de implantação: Porto Alegre – RS
Instituição: Departamento Municipal de Habitação
da Prefeitura de Porto Alegre (Demhab)
Contato: Luciane Maria Tabbal
Av. Padre Cacique, 708
Porto Alegre, RS – CEP: 90810-240
Telefone: (51) 3231-8811
e-mail: tabbal@demhab.prefpoa.com.br

A arquitetura da inclusão

PORTO ALEGRE COMEÇA A INTRODUIR EM SEUS
PROGRAMAS HABITACIONAIS MORADIAS ADAPTADAS
AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Programas de habitação popular não costumam atentar para as necessidades diferenciadas das pessoas portadoras de deficiência. Os imóveis são construídos com as mesmas dimensões dos destinados às outras famílias. O máximo que se costuma fazer é destinar um apartamento no andar térreo do edifício para o morador em cadeira de rodas. As leis municipais geralmente obrigam os locais de uso público a prover pleno acesso aos portadores de deficiência, mas se omitem quanto às habitações. Em Porto Alegre, essa realidade começou a mudar em maio de 2003, quando foram entregues as pri-



meiras unidades especiais de um conjunto habitacional construído pela prefeitura.

A iniciativa surgiu há cerca de dois anos, quando a arquiteta Luciane Maria Tabbal, do Departamento Municipal da Habitação (DEMHAB), participou de um seminário na Câmara Municipal. No

evento, ela teve seu primeiro contato com o conceito de acessibilidade plena e se convenceu da necessidade de incorporá-lo aos projetos que desenvolvia para o Departamento.

Luciane propôs à sua chefe, a arquiteta Silvia Carpenedo, o desenvolvimento de um projeto de unidade habitacional especial para portadores de deficiência, incluindo dimensões compatíveis com a mobilidade da cadeira de rodas. Com a colaboração da autarquia municipal, Luciane saiu em busca de subsídios para o projeto, para o qual contou com

o incentivo e a ajuda de Adriana Almeida, do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal – Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), órgão do governo paulista.

Como principal apoio técnico para o projeto, Luciane recorreu à NBR 9050 – “Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano” – norma editada em 1994 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Apoiou-se também na Comissão Permanente de Acessibilidade, criada pela prefeitura de Porto Alegre e composta por representantes da administração municipal, de entidades representativas dos portadores de deficiências, arquitetos e engenheiros.

Soluções simples e eficazes

Os estudos e discussões levaram a uma alternativa para a implantação de unidades especiais no Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC), iniciativa do governo municipal que incorpora diversas políticas de reassentamento, inclusão social e geração de renda em uma região ao norte de Porto Alegre. As três primeiras unidades desse projeto já foram entregues e são ocupadas por famílias que têm membros cadeirantes.

As moradias apresentam soluções simples e eficazes para a mobi-

FOTOS: LUCIANO LANES



BARRAS DE APOIO FACILITAM
A CIRCULAÇÃO

lidade e autonomia de um portador de deficiência. As dimensões dos cômodos são compatíveis com o giro de uma cadeira de rodas e os acessos à unidade são feitos por rampa com corrimão. As torneiras têm uma alavanca para pessoas com limitações motoras nas mãos e o vaso sanitário está sobre uma base de concreto que o torna mais alto e cômodo para quem não tem mobilidade nos membros inferiores. Todas as portas têm 0,80m de largura para dar acesso à cadeira de rodas e as maçanetas e interruptores são instalados na altura adequada para o alcance de uma pessoa sentada. Nas portas e ao lado de todos os equipamentos, há barras de apoio para que a pessoa consiga alcançar qualquer coisa de que necessite. O local do chuveiro, com banco metálico engastado na alvenaria e torneira baixa, permite plena autonomia para o banho do usuário.

Segundo Luciane, tais alterações do projeto padrão resultaram em um acréscimo de aproximadamente R\$ 2 mil no custo da unidade habitacional, ou cerca de 20% de uma moradia comum. O acréscimo se deve à ampliação da área construída, que é 10% maior, e à instalação dos equipamentos especiais.

No entanto, as famílias contempladas com as unidades especiais pagam o mesmo valor que as outras famílias, ou seja, o custo adicional é parcialmente bancado pelos demais moradores. Isso não gerou qualquer protesto por parte das famílias que, pelo contrário, se mostram solidárias e aceitam, inclusive, os privilégios de localização das unidades especiais (próximas às avenidas, onde há linhas de ônibus também especiais).



ACESSOS TÊM RAMPA
E CORRIMÃO

A história de Tanise

Para que o projeto se tornasse realidade, Luciane teve de vencer algumas dificuldades e, por outro lado, recebeu muita solidariedade. Alguns engenheiros demonstravam ceticismo quanto à viabilidade de uma solução que alterava o equilíbrio de custo das unidades habitacionais e criava itens especiais em obras regidas pela economia de escala. Com uma argumentação técnica, porém pautada por uma visão humanista, os arquitetos tiveram papel de destaque no convencimento de seus colegas engenheiros.



Vencida essa barreira, faltava conhecer o tamanho da demanda, uma vez que a ficha cadastral usada para inscrição das famílias no programa habitacional do município não contemplava nenhuma informação sobre a existência ou não de um membro da família com deficiência motora e usuário de cadeira de rodas. As assistentes sociais que trabalham com o PIEC incluíram, então, uma anotação à margem da ficha cadastral, informando sobre a existência de membro cadeirante na família cadastrada.

Tal informação permitiu que se soubesse quantas unidades especiais seriam necessárias no conjunto habitacional: oito, número aparentemente insignificante, mas que ainda não representa o atendimento de todas as famílias com membros cadeirantes do bairro. É importante lembrar, porém, que o Programa Integrado Entrada da Cidade prevê um investimento total de R\$ 170 milhões para a

Depois de crescer num cômodo insalubre, Tanise pela primeira vez pode circular pela casa e pelo bairro onde mora

reestruturação urbana da área, incluindo a construção de 3.061 novas moradias. Parte dessas moradias deverá contemplar os portadores de deficiência, conforme as três unidades já entregues.

Uma destas, por exemplo, transformou a vida da menina Tanise, de nove anos. Ela nasceu com graves deficiências neurológicas e motoras resultantes de complicações durante o parto. Hoje, ocupando uma casa especial na área do PIEC, ela pode freqüentar seções de fisioterapia em um dos postos de saúde que oferece esse serviço. Antes de morar no novo endereço, isso era impensável: a família da garota habitava um barraco de madeira, no qual ela nem podia sair do quarto, pois a cadeira de rodas não passava pela porta. Depois de crescer num cômodo insalubre, Tanise pela primeira vez pode circular pela casa e pelo bairro onde mora.

Para que histórias de inclusão social como essa se tornem mais comuns, os técnicos acham necessário dar uma forma institucional à experiência de Porto Alegre. Trata-se de criar, para os programas de habitação popular, a obrigação legal de destinarem unidades especiais aos portadores de deficiência. Encontrada a solução técnica, falta apenas que um legislador apresente projeto de lei nesse sentido. Alguém se habilita?



Justiça Cidadã: Descentralizando a Assistência Judiciária Municipal

Área de implantação: Recife – PE

Instituição: Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Contato: Bruno Ariosto Luna de Holanda

Cais do Apolo, S/N – 3º. Andar

Recife, PE – CEP: 50000-000

Telefone: (81) 3425-8138 – Fax: (81) 3425-8738

e-mail: brunohol@recife.pe.gov.br

Via rápida para a cidadania

NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA IMPLANTADOS
PELA PREFEITURA ENCURTAM A DISTÂNCIA ENTRE
A JUSTIÇA E A POPULAÇÃO DA PERIFERIA DO RECIFE

São muitas as pedras no caminho dos brasileiros em direção à justiça, principalmente quando se trata da população de baixa renda, que muitas vezes não tem acesso nem à informação sobre seus direitos. Para ajudar os munícipes a vencer essas dificuldades e prestar-lhes assistência jurídica gratuita, a Prefeitura do Recife criou o Projeto Justiça Cidadã.

A Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) descentralizou o serviço de assistência jurídica por meio de cinco núcleos em bairros periféricos da capital pernambucana. O serviço funcionava apenas no edifício sede da Prefeitura, com um corpo limitado de funcionários. A sede foi reestruturada e seus funcionários foram requalificados,



pois não tinham preparo para lidar com o público. Em seguida, a Secretaria tratou de desenvolver atividades de educação em direitos humanos nas comunidades onde se localizam os núcleos.

Dirigido pelo Secretário de Assuntos Jurídicos, o Justiça Cidadã é desenvolvido em parceria com a organização não-governamental Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares (Gajop), que atua na promoção e defesa dos direitos humanos. A iniciativa envolve 28 profissionais, incluindo duas equipes técnicas: a psicossocial, formada por uma psicóloga e dois assistentes sociais, e a jurídica, composta por 12 advogados e 10 estagiários de direito.

O Gajop é responsável pela contratação e capacitação dos profissionais, pelo monitoramento das atividades e pelo gerenciamento dos recursos financeiros destinados à remuneração dos funcionários que trabalham nos núcleos. A Secretaria de Assuntos Jurídicos avaliou que a contratação por meio de concurso público não garantiria a seleção de funcionários com o perfil desejado. Havia a preocupação de não repro-

duzir o perfil dos antigos funcionários da sede, geralmente descomprometidos com o bom atendimento aos cidadãos.

Por meio de encontros e debates, os antigos e os novos funcionários da assistência jurídica discutiram temas relacionados ao trabalho dos advogados com a comunidade, bem como direitos humanos, violência doméstica e violência contra a mulher. Passaram ainda por um curso de aperfeiçoamento oferecido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Tipos de atendimento (2002)

Encaminhamentos / orientações	22%
Conciliações concluídas	12%
Processos concluídos	11%
Procedimentos pendentes (*)	54%

(*) Em sua maioria, demandas em que o usuário não possui informações suficientes sobre o caso.

Fonte: GAJOP: Relatório anual de atividades 2002

Orientação, encaminhamento e educação

A divulgação do Projeto se deu por intermédio das reuniões do Orçamento Participativo e das organizações comunitárias, e por bicicletas equipadas com megafone, as chamadas "bicicletas de som". No dia seguinte à inauguração – marcada por um grande evento festivo, que contou com a presença de representantes de entidades locais – os núcleos já ficaram cheios, pois a população aguardava seu

funcionamento desde a reforma dos prédios.

O trabalho se desenvolve a partir de dois tipos de atividade: assistência jurídica e educação sobre direitos. A assistência jurídica é aberta a todos os cidadãos que solicitam orientação e encaminhamento. Nos casos em que há necessidade de intervenção judicial, o atendimento se limita à população de baixa renda. Ninguém enfrenta filas porque, para ser atendida, a pessoa precisa fazer um agendamento, à exceção dos casos considerados prioritários, como os de violência contra a mulher. Atualmente, a espera pelo atendimento pode chegar a dois meses.

Diante da impossibilidade de abarcar todas as matérias, a atuação dos núcleos limita-se ao âmbito do direito penal, previdenciário, civil e do direito da criança e do adolescente. No âmbito do direito penal, são atendidas as vítimas de crimes de menor potencial ofensivo e os casos de violação de direitos humanos. No âmbito do direito previdenciário, os núcleos atendem os pedidos de alvará para liberação de benefícios.

Em relação ao direito civil, não são atendidos casos que envolvem disputas de posse e direito do consumidor. No que se refere ao direito da criança e do adolescente, excetuam-se os atos infracionais. Essa limitação objetiva também evitar a sobreposição de funções já exercidas por outros órgãos (como o Procon, no caso de direito do consumidor, e os sindicatos, no caso de direito trabalhista). A sede permanece prestando assistência jurídica em todas as matérias.

Cerca de 70% dos atendimentos realizados pelos núcleos relacionam-se a temas de direito de família (especialidade do direito civil), como pedidos de pensão alimentícia, divórcio, investigação de paternidade, guarda e tutela. O público atendido é formado principalmente por mulheres de baixa renda.



FUNÇÃOÁRIAS DO PROJETO:
ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

BRUNA SUASSUNA

Integração com outras secretarias

O Justiça Cidadã privilegia a conciliação extrajudicial como forma de resolução rápida dos conflitos, o que contribui para descongestionar o Judiciário. Resolvem-se desse modo cerca de 60%



dos casos de família e os acordos extrajudiciais para pagamento de pensão alimentícia costumam ser cumpridos.

O Gajop recebe um relatório mensal dos atendimentos, tendo divulgado seu telefone e seu *e-mail* para acolher sugestões e reclamações da população. A entidade funciona, assim, como uma espécie de ouvidoria não formalizada. Além disso, durante o curso de aperfeiçoamento técnico oferecido pela OAB, há a discussão de casos e a avaliação conjunta de documentos elaborados pelos advogados.

Em sua segunda frente de atuação, o Justiça Cidadã realiza atividades de educação em direitos e articula as comunidades, os núcleos de assistência jurídica e outros serviços municipais. A equipe contatou as diversas secretarias municipais e mapeou os seus serviços, com a proposta de construir uma rede de proteção de direitos. Esse trabalho é realizado pela equipe psicossocial, que também apóia os advogados, acompanhando o atendimento dos casos mais complexos e estudando os casos emblemáticos.

As demais secretarias municipais participam ainda, juntamente com as organizações comunitárias, das atividades de educação em direitos. Em tais atividades, aproveitam-se estruturas já existentes,

Com a descentralização, o número de atendimentos no serviço de assistência jurídica dobrou, chegando a quase 6 mil em 2002

como as reuniões do Orçamento Participativo e as oficinas do programa Agente Jovem (da Secretaria da Assistência Social). No caso deste último, temas de direito constitucional, de família,

da criança e do adolescente são incluídos em oficinas de teatro, cordel, desenho ou redação, buscando transformar os jovens em multiplicadores do conhecimento nas suas comunidades.

Com a descentralização, o número de atendimentos no serviço de assistência jurídica dobrou, chegando a quase 6 mil em 2002. O serviço ficou mais acessível à população; que agora tem maior comodidade para buscar os seus direitos. Por meio do trabalho de educação e da articulação com outros órgãos municipais e entidades da sociedade civil, o Projeto ultrapassa o atendimento de demandas individuais e procura abordar preventivamente os problemas, além de diminuir a distância entre a população e a justiça.



Programa de Saúde Ambiental – PSA

Área de implantação: Recife – PE

Instituição: Diretoria de Epidemiologia e Vigilância
à Saúde – Secretaria Municipal de Saúde

Contato: Tereza Maciel Lyra
Rua Major Codeceira, 194

Recife, PE – CEP: 50100-070

Telefone: (81) 3413-1213 / 1214 – Fax: (81) 3413-1258

e-mail: tmlyra@recife.pe.gov.br

O exército da limpeza

UM BATALHÃO DE AGENTES DA PREFEITURA SE
DISTRIBUI PELOS BAIRROS DO RECIFE PARA COMBATER
OS FATORES AMBIENTAIS DE RISCO À SAÚDE

Devido ao grande número de ilhas e canais, o Recife também é conhecido como “Veneza brasileira”. No entanto, a degradação dos pântanos e dos cursos d’água trouxe sérios problemas de saúde pública para o município, agravados por sua localização tropical.

O suprimento de água da capital pernambucana está entre os piores do Brasil, e embora a rede de abastecimento cubra quase toda a cidade, muitas áreas têm água apenas duas vezes por semana. Além disso, a má qualidade da água deixa o Estado com um dos mais altos índices de hospitalização por cólera do país. As interrupções no fornecimento levam a população a fazer grandes reservas de água dentro e ao redor de suas casas, criando um ambiente propício à reprodução de mosquitos transmissores de doenças.



PAULO LOPES

AGENTES TRABALHAM EM
TODOS OS BAIRROS

Apenas 21% das residências estão conectadas ao sistema de esgotos, ou seja, mais de 1,1 milhão de moradores despejam esgoto em canais, rios e valas. Como consequência, o Recife é uma das poucas cidades no mundo com altos índices de filariose (elefantíase) e dengue. Até o ano passado, a população ainda sofria com a elevada incidência de hepatite A, raiva e leptospirose. Eram freqüentes as picadas de escorpião e de outros insetos, que se proliferavam graças ao acúmulo de lixo. Nas épocas de chuva, os desmoronamentos viravam rotina.

Soluções eficazes e eficientes para a superação desse quadro dependem de ações preventivas, conforme reconheceu a prefeitura ao criar, no final de 2001, o Programa de Saúde Ambiental. O objetivo do Programa é implantar uma política de saúde universal, integrada e equitativa, com foco no meio ambiente, por meio da identificação, eliminação ou redução dos riscos. Para isso, estabeleceram-se quatro frentes de atuação: *fauna, água, solo e habitações*.

Funcionando sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, o Programa se apóia na cooperação entre diversos setores da administração municipal e no trabalho de 921 pessoas, que operam em três níveis: central, distrital e local. O nível central encarrega-se da coordenação, do planejamento, do suporte técnico e da avaliação. As informações provenientes desse nível são transmitidas aos seis distritos de saúde, que cuidam de coordenar e gerenciar os esforços do PSA em suas respectivas áreas de abrangência.

“Pontos estratégicos”

A maior parte do trabalho se desenvolve no nível local, por meio de 716 agentes de saúde ambiental (ASA), que atuam em todos os 97 bairros do Recife. Cada agente se responsabiliza por um território específico, visitando espaços públicos, parques e edificações, com intervalos de 40 dias. Eles identificam e procuram resolver problemas ambientais que trazem riscos à saúde. Quando não conseguem solucioná-los, podem contar com o apoio de 111 agentes operacionais e 72 supervisores. Antes do Programa, o Recife tinha apenas oito fun-

cionários para monitorar a saúde ambiental de todo o município.

Os bairros do Recife foram classificados em três patamares de risco: alto, médio e baixo, de acordo com uma combinação entre os dados sobre qualidade de vida (educação, renda e habitação) e os dados de saúde pública (incluindo as informações sobre os locais com prevalência de doenças transmissíveis).

A distribuição dos agentes de saúde ambiental pelo município obedece à classificação dos bairros em patamares de risco. Dessa forma, bairros pobres receberam mais agentes do que bairros ricos. Cerca de 56% dos agentes estão em áreas de alto risco, 33% nas de médio risco e 11% em áreas de baixo risco.

Dentro de suas áreas, cada agente identifica “pontos estratégicos”, que necessitam de melhorias. Os agentes desempenham um papel fundamental no sucesso do Programa, já que servem de ligação entre a comunidade e o governo. Em muitas localidades, eles são os únicos representantes governamentais que os moradores vêem com frequência, estando presentes seis horas por dia, cinco dias por semana.

A população colabora com o trabalho dos agentes, levando ao seu conhecimento ocorrências que nem sempre são percebidas pela administração de uma grande cidade, como o vazamento de uma tubulação, por exemplo. A comunidade também se mobiliza em mutirões de combate aos focos de mosquitos e de coleta de lixo. Tais mutirões são organizados pelos agentes de saúde ambiental que, dessa forma, atuam como elementos catalisadores.

No sentido inverso, os agentes representam uma forma de o governo prestar contas à população, pois acompanham o atendimento às queixas dos cidadãos. Servem ainda para transmitir informações de interesse do governo municipal e para ajudar na implementação de políticas públicas em nível micro.

Ambiente mais saudável		
Alguns números da saúde no Recife, antes e depois do PSA		
	2000	2002
Cólera	174	----
Hepatite A	424	298
Leptospirose	243	117
Mortes por desmoronamento	19	----
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde		



I ntegração e prevenção

Até agosto de 2003, o Programa de Saúde Ambiental havia realizado mais de 3,4 milhões de visitas a casas, edifícios e a espaços públicos, providenciado 500 mil tratamentos antimosquito, limpo sete canais, vacinado 260 mil animais contra a raiva, monitorado 100% do suprimento de água e realizado 10 mil visitas a residências consideradas de alto risco para desmoronamentos.



PAULO LOPES

NAS CASAS, COMBATE AOS
FOCOS DE MOSQUITOS

Todos esses serviços foram feitos com um orçamento anual de R\$ 7,3 milhões; dos quais R\$ 4,6 milhões referem-se ao pagamento da mão-de-obra. A prefeitura do Recife responde por 42% das verbas, e o restante vem do governo federal. O orçamento do Programa representa 8,4% dos gastos em saúde do município. Ao enfatizar a cooperação entre os órgãos do governo, a nova política promove a eficiência na aplicação dos recursos.

Antes da implantação do PSA, predominava a fragmentação entre as iniciativas de saúde pública, sem qualquer coordenação ou cooperação entre os departamentos e secretarias municipais. Era comum a sobreposição de programas e muitas ações deixavam de ser executadas porque cada secretaria atribuía a responsabilidade a outro setor da administração. Ao invés de agir preventivamente, na maioria das vezes o poder público enfrentava os problemas de saúde à medida que surgiam. O alcance dessas medidas era limitado e não havia consistência quanto à definição das áreas a serem priorizadas.

Como resultado do Programa, a capital pernambucana conta hoje com uma política de saúde pública ampla e de alcance universal, implementada durante todo o ano e em todas as partes do município.

A partir do reconhecimento de que a saúde pública requer esforços coordenados, que levem em conta os aspectos ambientais, o PSA conseguiu o envolvimento dos departamentos municipais de saúde, planejamento, esgotos, serviços públicos e políticas sociais, assim como das companhias municipais de resíduos sólidos e de água, da agência de defesa civil e da própria prefeitura. O sucesso do Programa se reflete em muitas das estatísticas de saúde do Recife e comprova a importância de ações preventivas e integradas.



Classe Hospitalar do Hospital das Clínicas

Área de implantação: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (campus Ribeirão Preto – SP)

Instituição: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP

Contato: Silvana Mariniello
Campus Universitário

Ribeirão Preto, SP – CEP: 14048-900

Telefone: (16) 602-2393 – Fax: (16) 633-1144

Estudar não dói

CRIANÇAS INTERNADAS CONTINUAM A TER AULAS
NO HOSPITAL, O QUE EVITA PREJUÍZOS AO ANO LETIVO
E ACELERA A RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Desde o início da década de 70, as crianças internadas no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto dão continuidade aos estudos recebendo aulas no próprio Hospital, que é ligado à Universidade de São Paulo. A Classe Hospitalar surgiu naquela época por iniciativa da assistente social Silvana Mariniello, sendo as aulas ministradas por uma estagiária do curso de magistério. Também havia aulas para os adultos que se alfabetizavam pelo antigo método Mobral. Mais tarde, professoras voluntárias assumiram a Classe Hospitalar.

Esse padrão de atendimento voluntário continuou até a década de 90, sem que Silvana conseguisse o reconhecimento das aulas por



parte do Ministério da Educação, apesar de ter encaminhado ao governo federal diversos projetos nesse sentido. Havia a descrença dos profissionais da educação de que fosse possível desenvolver atividades pedagógicas para as crianças num ambiente hospitalar.



PROGRAMA SEGUE
O CURRÍCULO ESCOLAR

O regime de voluntariado apresentava desvantagens: as aulas não eram dadas com regularidade, pois dependiam da boa vontade dos voluntários; e atendiam apenas as crianças que não passariam por cirurgia. As professoras voluntárias não tinham conhecimento das rotinas operacionais e administrativas do Hospital e o acesso à criança era muito mais restrito.

Sem o reconhecimento do Ministério da Educação, a Classe Hospitalar não impedia que as escolas registrassem as faltas dos alunos durante o período de hospitalização. Com isso, o Programa não conseguia cumprir a principal finalidade para a qual fora criado: facilitar a ressocialização das crianças na escola, evitando a repetência e a evasão escolar.

Em 1997, finalmente o Programa conseguiu o reconhecimento oficial e passou a funcionar nos moldes atuais, com as professoras voluntárias cedendo o lugar a pedagogas da rede estadual de ensino. Elas receberam do Hospital cursos complementares sobre humanização hospitalar, cuidados com pacientes e psicologia hospitalar.

Um convênio entre os Ministérios da Saúde e da Educação garante que as aulas da Classe Hospitalar sejam consideradas como parte integrante do ano letivo. Para não prejudicar o aprendizado, as pedagogas seguem o currículo da escola de cada criança. O contato entre as escolas e o Programa do Hospital das Clínicas é feito pelos familiares da criança hospitalizada.

Livros no freezer

Assim, a criança sente a segurança trazida não apenas pelo acompanhamento da família, como também pela continuidade de sua rotina escolar. Tal segurança lhe ajuda a enfrentar o período preparatório para a cirurgia e o pós-operatório, reduzindo a ansiedade e o medo decorrentes da enfermidade e da internação. Depois da cirurgia, a

criança recebe um “diploma de coragem”, numa tentativa de se reproduzir o ambiente externo ao hospital.

Mas as aulas não se destinam apenas às crianças internadas, beneficiando também as que recebem tratamento durante o dia e depois voltam para casa. As pedagogas atendem principalmente crianças e adolescentes de seis a 14 anos, a partir do momento que estejam nas dependências do Hospital.

Atualmente, há três classes em funcionamento, uma pela manhã e duas no período da tarde. As aulas são realizadas em salas específicas para essa finalidade e nos leitos, dependendo da mobilidade da criança. Coloridas e decoradas com desenhos, as salas são repletas de livros infantis, jogos educativos e brinquedos. Dispõem também de recursos audiovisuais, como televisão e videocassete.

As aulas duram cinco horas, divididas em duas etapas. Nesse período, as pedagogas atendem simultaneamente as crianças que estão nas salas da Classe Hospitalar e as que estão nos leitos, inclusive os que se encontram isolados. No caso dos leitos isolados, porém, adotam-se alguns procedimentos adicionais para se evitar a infecção hospitalar. Por esse mesmo motivo, depois de utilizados os livros vão para um *freezer*: o congelamento elimina as bactérias e impede que infecções se espalhem por intermédio dos usuários do material didático.

Na primeira etapa da aula, a pedagoga percorre as salas e os leitos deixando uma tarefa ou exercício a ser feito pela criança. A segunda parte é reservada para o recolhimento das tarefas e a avaliação do desempenho de cada criança. Crianças que cumprem uma rotina de retornos periódicos ao hospital trazem de casa as lições a serem corrigidas pelas pedagogas.



CRIANÇAS NO LEITO TAMBÉM
TÊM AULAS

O braço da injeção

Médicos e enfermeiras antecipam ou prorrogam as medicações e os exames, a fim de não interromper as atividades escolares, numa demonstração do comprometimento das equipes de saúde com o Pro-



grama. Nem sempre foi assim: no início, havia a resistência de grande parte desses profissionais à idéia de se implantar no Hospital um ambiente de aprendizagem para as crianças enfermas. Hoje existe, inclusive, o cuidado na escolha do braço onde será aplicada a injeção, para que as crianças possam continuar escrevendo.

É comum elas terem alta hospitalar e terminarem a fase de recuperação em casa, mas sem que possam se locomover para a escola, como no pós-operatório de cirurgias ortopédicas. Nesses casos, as pedagogas enviam à escola a solicitação de um professor itinerante. Se a criança ainda não estiver matriculada na rede de ensino, o Hospital providencia seu registro na Escola Estadual Prof. Dr. Aymar Baptista Prado, que mantém um vínculo com o Programa.



SALAS SÃO COLORIDAS E
DECORADAS COM DESENHOS

Em 2002, o Programa Classe Hospitalar atendeu quase 700 pacientes, incluindo adultos que solicitaram a alfabetização. Embora não existam estatísticas sobre o tempo médio de permanência das cri-

anças no Hospital, é possível perceber a redução do período de hospitalização. Com o Programa, elas voltam a ter auto-confiança e se recuperam mais rápido. Nas escolas, por outro lado, constata-se que a Classe Hospitalar diminuiu a evasão escolar dos alunos que passaram por um período de internação.

A área de assistência social, responsável pelo Programa, agora busca a criação de um espaço fora do Hospital para a recreação das crianças, a implantação de mais uma Classe Hospitalar (na unidade de emergência) e a realização de um fórum entre as classes hospitalares do Brasil. São projetos factíveis, considerando-se o apoio da direção do Hospital das Clínicas ao Programa.

O reconhecimento da iniciativa cresceu ainda mais após uma exposição dos trabalhos dos alunos, realizada em 2002 na recepção do Hospital. O evento incluiu uma feira de ciências e chamou a atenção até da mídia local. Funcionários e médicos que ainda não conheciam o Programa, passaram a compreender seu significado. No âmbito externo, equipes de outros hospitais têm buscado informações e conselhos práticos para a implantação da experiência em suas unidades.



Programa Redes de Cooperação

Área de implantação: Rio Grande do Sul

Instituição: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

Contato: Jorge Renato de Souza Verschoore Filho

Av. Borges De Medeiros, 1501 – 17º Andar

Porto Alegre, RS – CEP: 90119-900

Telefone: (51) 3288-1075 – Fax: (51) 3228-6634

e-mail: verschoore@terra.com.br

Bons negócios na rede

GOVERNO GAÚCHO ESTIMULA MICROEMPRESÁRIOS
A SE ORGANIZAREM PARA ENFRENTAR A
CONCORRÊNCIA DAS GRANDES EMPRESAS

Há alguns anos, Mauro Abreu de Camargo assumiu a propriedade de um açougue em Porto Alegre sem ter experiência no negócio. Ao procurar aprender com seus colegas do ramo, descobriu que todos enfrentavam sérias dificuldades: vendas e lucros definhavam, muitos estabelecimentos estavam prestes a fechar as portas e alguns partiam para a comercialização de outros produtos, perdendo sua identidade como casas de carnes. “Imagine uma situação dessas aqui, na terra do churrasco!”, exclama o comerciante. Funcionários trabalhavam bêbados e a falta de higiene era generalizada. “Existiam com orgulho o avental sujo de sangue, para mostrar que tinham trabalhado”, lembra Mauro.



Com a ajuda de um consultor contratado pelo governo gaúcho, Mauro e outros 10 donos de açougues de Porto Alegre criaram a marca *ChefCarnes*. Os açougues da rede tornaram-se ambientes higiênicos, servindo inclusive como referência para a vigilância sanitária. Os funcionários agora trabalham uniformizados e são motivados pelo crescimento dos negócios. Campanhas promocionais atraem o público com a oferta de brindes, sorteios, degustação de vinhos e churrasco. A lucratividade aumentou porque os proprietários de açougues negociam coletivamente com os fornecedores, obtendo melhores preços. “Buscamos carne até em Mato Grosso, para conseguir qualidade e preço”, diz Mauro, o presidente da *ChefCarnes*.

Os problemas dos açougues da capital gaúcha não eram diferentes dos enfrentados por muitas micro e pequenas empresas do Brasil, um grupo do qual também fazem parte padarias, mercearias, oficinas mecânicas, farmácias e uma infinidade de outros negócios cuja

presença na paisagem urbana é tão marcante quanto na economia. Segundo uma pesquisa do IBGE, as oportunidades de trabalho nas micro e pequenas empresas (com receita bruta inferior a R\$ 1,5 milhão) de comércio e serviços no Brasil foram responsáveis por 60,8% do total de empregos nestes setores em 2001, contra 50,7%, em 1985. O número de pessoas ocupadas passou de 3,4 milhões em 1985 para 7,3 milhões em 2001 (9,7% da população ocupada).

No entanto, as micro e pequenas empresas ainda enfrentam muitas dificuldades para se manter no mercado e a maioria fecha as portas pouco depois de co-

meçarem a funcionar. Um levantamento realizado pelo Sebrae entre 1998 e 1999 em 12 estados constatou uma “mortalidade” de 55% a 73% das empresas com menos de três anos de funcionamento. Os programas de apoio aos micro e pequenos empresários não têm conseguido reduzir essa mortalidade.



Estratégia do governo

Implementado em 2000 pelo governo do Rio Grande do Sul, o Programa Redes de Cooperação está ajudando as micro e pequenas empresas não apenas a sobreviver, como também a se expandir e enfrentar a concorrência dos grandes grupos econômicos. O Programa incentiva os micro e pequenos empresários a formarem redes de cooperação e a trabalharem unidos para negociar com os fornecedores, desenvolver estratégias de *marketing* e conquistar novos mercados.

Grupos de pelo menos 10 micro e pequenos empresários de um mesmo ramo de negócios fundam associações, trocam experiências e contribuem mensalmente para as despesas da rede, como a contratação de agências de publicidade e a informatização das lojas. Os estabelecimentos comerciais que trabalham em rede criam uma marca e passam a ter a mesma identidade visual, como se fizessem parte de uma única grande empresa.

Cada grupo conta com o apoio de um consultor, aluno ou ex-aluno de uma das universidades regionais parceiras do Programa. O consultor auxilia os micro e pequenos empresários a identificar os pontos fortes e fracos de sua atividade e a elaborar um planejamento estratégico. Além disso, as universidades oferecem cursos de capacitação gerencial para os microempresários.

Tendo se iniciado em 2000, na gestão petista do então governador Olívio Dutra, o Programa Redes de Cooperação prossegue no governo de Germano Rigotto, do PMDB. Segundo Jorge Renato de Souza, coordenador do Programa, a iniciativa pode se transformar numa estratégia do governo para impulsionar o desenvolvimento do Estado.

Até agosto de 2002, o Programa já havia formado cerca de 50 redes, envolvendo aproximadamente 1500 micro e pequenas empresas, com faturamento mensal de R\$ 20 mil a R\$ 120 mil. Juntas, elas eram responsáveis por 10 mil postos de trabalho e movimentavam cerca de R\$ 500 milhões por ano. Além das redes formadas por empresas do

As conquistas do Programa (até agosto de 2002):

- Mais de **50 redes**
- Cerca de **1500 empresas** envolvidas
 - Aproximadamente **10 mil postos de trabalho**
- Faturamento total de **R\$ 500 milhões** por ano

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – Governo do Rio Grande do Sul



varejo, existem as que reúnem micro e pequenas indústrias e as que são integradas por prestadoras de serviço ou por produtores rurais.

Primeiro emprego

Na região de Bento Gonçalves, 21 indústrias de móveis criaram a Associação dos Fabricantes de Estofados e Móveis Complementares (*Afecom*). Segundo o empresário Clainor Luís Scotton, presidente da entidade, a organização em rede não apenas ajudou as empresas a implementar medidas para melhorar a qualidade e a produtividade, como também foi fundamental para que elas chegassem ao mercado externo.

"Minha empresa exportava apenas para a Argentina, porque os compradores vinham buscar nossos produtos", conta o empresário. Hoje, o grupo exporta móveis para mercados como o México, o Panamá e principalmente os Estados Unidos, onde há um *show room* com os produtos da *Afecom* em Miami.

Entre os setores que participam do Programa estão os de padarias e confeitarias, farmácias, lavanderias, laboratórios de análises clínicas, papelarias, academias de ginástica, laticínios, lojas de autopeças e serviços automotivos, floriculturas, produtores de frutas, apicultura, etc.

A *Redefort* é composta por mais de 100 mercados distribuídos por vários municípios gaúchos. Eles ganharam o acesso direto a algumas indústrias, o que lhes permite dispensar a intermediação dos atacadistas. Para facilitar as negociações, a rede dispõe de um *software* que centraliza as informações sobre os pedidos feitos pelos associados e sobre os preços oferecidos pelas indústrias. O trabalho em rede possibilitou ainda a informatização dos mercados e a criação de um cartão magnético para os clientes, que ganham um limite pré-aprovado de compras para pagamento em até 30 dias. Na prática, o sistema organiza e dá um *status* formal ao antigo "fiado".

Alguns donos de mercados apontam uma elevação de 40% no faturamento de suas lojas, o que lhes deu condições de competir até com as grandes redes de hipermercados. Todos têm hoje mais empregados do que antes de ingressar na rede. "A maioria deles está no primeiro emprego", conta o comerciante Leonel Bittencourt, que dobrou o número de funcionários da sua loja.



REDEMAC: LOJAS DE
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari

Área de implantação: diversos municípios, sede em Concórdia – SC

Instituição: Consórcio Lambari

Contato: Cleinor Zózimo Zampieri
Rua Atalípio Magarinos, 277
Concórdia, SC – CEP: 89700-000

Telefone: (49) 442-1034 – Fax: (49) 442-2722
e-mail: lambari@amauc.org.br

Um celeiro de cooperação

A UNIÃO DE 16 MUNICÍPIOS CATARINENSES PROMOVE
A MELHORIA DO MEIO AMBIENTE COM
AÇÕES INTEGRADAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A região do Alto Uruguai Catarinense é a maior produtora agropecuária do Estado de Santa Catarina, tendo suas atividades baseadas principalmente em suinocultura, avicultura e produção de leite. Dentre estas, a suinocultura destaca-se como a de maior importância econômica, estando presente em mais de 70% das propriedades e impulsionando a industrialização. Graças aos setores de suínos e aves, a região possui o maior complexo agroindustrial do Brasil.

É na base da economia local, portanto, que se encontra um dos mais sérios problemas ambientais e de saúde pública do Alto Uruguai Catarinense: a poluição provocada pelos dejetos suínos. Tais resíduos fazem com que a região, ocupada por 142 mil pessoas, tenha



uma poluição equivalente à gerada por 5,5 milhões de habitantes. Mais de 90% das fontes superficiais de água tornaram-se impróprias para consumo humano

Um levantamento constatou que cerca de 80% das propriedades suínolas estão em desconformidade com a legislação ambiental e sanitária. Entretanto, o custo de adequá-las às exigências da lei é tão alto que inviabilizaria grande parte das propriedades.

Os problemas causados pelos dejetos suínos foram o principal motivo para a fundação, em 2001, do Consórcio Lambari, formado por 16 municípios. À exceção de Concórdia (64 mil habitantes) e Seara (16

mil habitantes), todos os demais possuem menos de 6 mil habitantes.

A iniciativa surgiu após um curso sobre "Planejamento Ambiental Participativo em Nível de Bacias Hidrográficas", ministrado pelo professor chileno Pedro Hidalgo aos membros da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

(AMAUC), que congrega 15 dos municípios consorciados.

O Consórcio nasceu com o objetivo de integrar a ação de seus membros no tocante às questões ambientais. Três problemas foram considerados prioritários: os lixões, o esgoto urbano e os dejetos suínos.

Bosque no lugar do lixão

Os municípios desativaram os lixões após a construção de quatro aterros sanitários, que atendem todo o Consórcio e estão em conformidade com as exigências para o licenciamento ambiental. Os moradores das proximidades dos antigos lixões foram consultados a respeito da nova destinação dessas áreas. No caso do município de Concórdia, por exemplo, a população optou pela criação de um bosque com área de lazer.

Oito municípios implantaram a coleta seletiva, e nos demais sua implantação está em andamento. As pessoas que viviam nos lixões agora participam de projetos para a geração de trabalho e renda, como o Projeto Colibri, em Concórdia. Nesse município, o Consórcio Lambari

instalou uma cooperativa de reciclagem equipada até com salas de aula. Os membros da cooperativa têm acesso à alfabetização, ao ensino fundamental e a atividades artísticas e manuais.

O Projeto providenciou documentação para os cooperados e seus familiares, além de assistência médica e odontológica gratuita, cinco moradias de alvenaria destinadas às famílias que viviam em barracos no lixão e uma creche para as crianças que antes passavam o dia trabalhando no local com seus pais.

Também faz parte do Projeto uma fábrica de vassouras de palha, que possibilita uma segunda alternativa de renda aos membros da cooperativa, além da obtida com a venda dos materiais recicláveis.

Outra questão eleita como prioritária pelo Consórcio é a redução do impacto ambiental provocado pelo esgoto urbano. Mas a construção de Estações de Tratamento de Esgoto está entre os objetivos de médio e longo prazos, devido ao custo elevado. Por enquanto, o que se pretende é a conscientização das comunidades sobre a questão do esgoto, encorajando cada bairro, escola, clube, etc., a pelo menos eliminar os esgotos a céu aberto e construir sumidouros.

No que se refere aos dejetos suínos, o Consórcio Lambari acatou uma proposta do Ministério Público Estadual e está coordenando a elaboração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas (TAC) da Atividade Suinícola, envolvendo todos os atores ligados à cadeia produtiva (suinocultores, agroindústrias, municípios, órgãos ambientais e governo do Estado, empresas de pesquisa, Instituições de ensino e ONGs).

O assunto é complexo devido ao grande número de atores envolvidos e ao elevado volume de investimentos (estimados em R\$ 12 milhões) necessários à adequação das propriedades. Como nenhum dos atores pode se responsabilizar isoladamente por esses investimentos, o Consórcio exerce um papel aglutinador, reunindo os interessados ao redor da mesa de negociações. A primeira etapa para a efetivação do Termo já foi concluída: o levantamento das propriedades e instalações utilizadas na produção de carne suína. Atualmente, executam-se programas de educação ambiental voltados à problemática dos dejetos suínos.

Em Concórdia, o Consórcio Lambari instalou uma cooperativa de reciclagem equipada até com salas de aula



Envolvimento da comunidade

Alem de enfrentar essas questões consideradas prioritárias, o Consórcio Lambari pretende colocar em prática os princípios de uma Agenda 21 regional, já implantada em quatro dos municípios e com a implantação em andamento pelas demais prefeituras.

O Consórcio também quer extrair benefícios de sua participação no Comitê da Bacia do Rio Jacutinga e seus Contíguos, cuja criação foi recentemente aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Uma das grandes expectativas em relação ao Comitê é que os municípios comecem a receber a compensação financeira paga pela *Tractbel Energia*, empresa responsável pela administração de duas hidrelétricas na região. O dinheiro será aplicado na recuperação das bacias hidrográficas do Alto Uruguai Catarinense.

Mais recursos poderiam vir de um possível acordo para que as grandes agroindústrias patrocinem parte dos investimentos necessários à adequação das propriedades suinícolas.

Enquanto esses recursos não chegam, o Consórcio financia suas atividades de rotina com uma contribuição mensal de R\$ 8 mil de

O Consórcio tem levado as pessoas a refletir sobre a situação ambiental de seu entorno, incentivando-as a tomar parte na busca de soluções

cada município. Alguns projetos são bancados conjuntamente pelo Consórcio, pelos municípios e por alguns parceiros, como as agroindústrias instaladas na região. Ao mesmo tempo, cada

município se responsabiliza pela manutenção de seus "Grupos de Trabalho Municipais" e de seus projetos específicos.

Um papel fundamental cabe à Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), que fornece as instalações e os funcionários administrativos do Consórcio Lambari.

O sucesso da iniciativa, porém, está fortemente ligado ao envolvimento da comunidade regional, que participa de quase todas as etapas do trabalho. Dessa forma, o Consórcio tem levado as pessoas a refletir sobre a situação ambiental de seu entorno, incentivando-as a tomar parte na busca de soluções para os problemas observados.

Cada município tem a sua própria estratégia para envolver a sociedade civil, mas em todos o resultado é um profundo senso de responsabilidade, participação e cooperação.



Projeto Oficina-Escola de Artes e Ofícios

Área de implantação: Santana de Parnaíba – SP

Instituição: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Contato: Oswaldo Luiz Oliveira Borelli

Largo da Matriz, 19

Santana de Parnaíba, SP – CEP: 06501-005

Telefone: (11) 4154-5042 – Fax: (11) 4154-2377

e-mail: dmpcn@hotmail.com

A memória em boas mãos

SANTANA DE PARNAÍBA OFERECE UMA PERSPECTIVA PARA OS JOVENS DE BAIXA RENDA ENSINANDO-LHES A RESTAURAR CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

Situado na Região Metropolitana de São Paulo, às margens do rio Tietê, o município de Santana de Parnaíba ainda preserva muitas construções de quando era ponto de partida dos bandeirantes que desbravaram o sertão. Suas ruas abrigam 209 edificações construídas em taipa entre os séculos XVII e XIX, incluindo o único exemplar restante de casa bandeirista urbana, onde atualmente funciona um museu. O conjunto arquitetônico foi tombado pelo Condephaat, órgão estadual de defesa do patrimônio histórico.

Com 85 mil habitantes e uma renda *per capita* de R\$ 762,05, Santana de Parnaíba apresenta, entre os municípios paulistas, o sétimo maior



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o 25º do Brasil. Apesar desses indicadores favoráveis, o município registra também as condições de pobreza que marcam a Região Metropolitana: quase 10% de sua população vive em cerca de 2 mil barracos espalhados por 31 favelas na periferia da cidade.

Até recentemente, a exclusão social de tais moradores juntava-se a outro grave problema: o descaso em relação ao patrimônio arquitetônico, que sofria pichações e aos poucos se deteriorava com

a ação do tempo. Para a população, morar numa cidade histórica não chegava a ser motivo de orgulho, mas uma dor de cabeça, devido à dificuldade de se cumprirem as exigências quanto à reforma dos imóveis tombados.



CONJUNTO ARQUITETÔNICO
FOI TOMBADO

A fim de recuperar as construções históricas e ao mesmo tempo oferecer uma perspectiva aos jovens das famílias de baixa renda, a prefeitura de Santana de Parnaíba criou, em 1999, o Projeto Oficina-Escola de Artes e Ofícios.

Graças ao Projeto, jovens entre 16 e 21 anos recebem formação profissional na área da construção civil, aprendendo a restaurar e conservar o patrimônio cultural. Os alunos ganham certificados emitidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fieng).

A iniciativa surgiu de uma viagem do vereador e atual Secretário de Cultura e Turismo de Santana de Parnaíba, Osvaldo Borelli, às cidades históricas de Minas Gerais. Borelli buscava um modelo de política para a recuperação e preservação do centro histórico de Santana de Parnaíba e conheceu o Projeto Oficina-Escola, da Secretaria de Turismo e Cultura de Ouro Preto.

A experiência mineira funcionava desde 1997, tendo se originado de uma proposta dos restauradores Turinã Inácio e Júlio César Barros, que pretendiam divulgar e popularizar o trabalho de restauração, além de criar uma alternativa de formação para adolescentes em situação de risco. Após um convênio com a prefeitura de Ouro Preto, o município de Santana de Parnaíba implantou o Projeto, com o ambicioso objetivo inicial de restaurar as 209 fachadas do centro histórico da cidade, tarefa realizada em oito meses.

Teoria e prática

Turinã Inácio deixou a cidade de Ouro Preto para coordenar a Oficina-Escola de Santana de Parnaíba. “O município absorveu o Projeto com tanto carinho, que o implantou como prioridade”, afirma o restaurador.

Até julho de 2003, a iniciativa havia atendido 103 jovens, selecionados entre os mais de 600 que compõem a lista de espera. A Oficina-Escola prioriza os candidatos mais velhos e de mais baixa renda. Dois membros da equipe técnica visitam a residência do candidato para avaliar sua condição socioeconômica. Evita-se, também, a participação de membros do mesmo núcleo familiar, de modo a estender a oportunidade ao maior número possível de famílias.

Ao ser admitido, o aluno cumpre uma série de procedimentos, dentre os quais uma prova de português e matemática, por meio da qual a equipe de coordenação pedagógica avalia suas potencialidades e dificuldades. Caso não esteja estudando, o jovem é encaminhado a uma escola, tendo seu desempenho acompanhado também pela coordenação pedagógica. Além disso, ele passa por exames médicos, incluindo uma consulta psicológica.

Com duração diária de quatro horas (de manhã ou à tarde), as aulas têm um conteúdo teórico e uma parte prática, oferecida nos imóveis a serem restaurados. As características originais dos imóveis são resgatadas por meio de pesquisa histórica, documental e fotográfica e pelos depoimentos de membros da comunidade.

Os alunos recebem bolsa-incentivo, vale-transporte e duas refeições diárias. Periodicamente assistem a palestras sobre drogas, doenças sexualmente transmissíveis, dicas de segurança (ministradas pelo Corpo de Bombeiros) e relacionamento humano e familiar, entre outros assuntos. Um conselho discente, eleito pelos próprios alunos, ouve suas sugestões e promove a comunicação entre os jovens e a equipe técnica, além de visitar periodicamente as famílias e as escolas.



ALUNOS RECEBEM BOLSA
E OUTROS BENEFÍCIOS



Referência nacional

Santana de Parnaíba pode ser considerada hoje um centro de referência nacional em restauração e preservação de bens históricos, distinção outrora pertencente a Ouro Preto. O município transmite para outras localidades do país os conhecimentos técnicos necessários ao restauro do patrimônio histórico e à formação profissional, nessa área, de jovens em risco psicossocial. Até o momento, foram firmados convênios com oito municípios brasileiros, com o governo do Estado de São Paulo e com uma fundação de Jundiaí (SP).



IMÓVEIS RECUPERAM
CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS

O Projeto também estabeleceu convênios com quatro entidades portuguesas para oferecer estágios em Portugal aos mestres e alunos, possibilitando-lhes aperfeiçoar as técnicas de restauro, principalmente da taipa. A Oficina-Escola conta ainda com o apoio da Fundação Kellogg, do Instituto IBI (ligado à Fundação C&A) e da Construtora Tamboré S.A.

No âmbito da administração municipal, existe uma colaboração intersetorial entre algumas secretarias, visando a uma abordagem integral no atendimento ao aluno. Em 2003, o Projeto conseguiu uma parceria com o Sebrae e o Instituto IBI para a implementação de uma cooperativa, que deve promover a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

“Hoje um morador tem muito mais consciência do que é uma casa tombada pelo órgão público”, conta Douglas Moraes, que está no Projeto desde o início e exerce atualmente a função de contra-mestre. Antes, os moradores dificilmente conseguiam a aprovação do Condephaat para reformar suas residências. Agora, o arquiteto da Oficina-Escola fica à disposição dos moradores para propor uma solução que esteja em conformidade com as normas, respeitando as características originais do imóvel e utilizando o material adequado. A Oficina-Escola fornece ainda a mão-de-obra para a execução da reforma. São jovens que readquiriram a confiança no futuro e o sentimento de que a cidade, mais colorida e mais bonita, também lhes pertence. “Nós recuperamos o objeto e o indivíduo”, diz Turinã Inácio.



Telecentro – Plano de Inclusão Digital e Cidadania

Área de implantação: São Paulo – SP

Instituição: Coordenadoria do Governo Eletrônico

Contato: Beatriz de Castro Bicudo Tibiriçá
Parque do Ibirapuera - Pavilhão Eng. Armando de Arruda Pereira
São Paulo, SP – CEP: 04094-900
Telefone: (11) 5080-9507 – Fax: (11) 5080-9633
e-mail: beatriz@prefeitura.sp.gov.br

Computador não é luxo

COM OS TELECENTROS COMUNITÁRIOS, A PREFEITURA LEVA INFORMÁTICA E ACESSO À INTERNET PARA AS REGIÕES MAIS POBRES DE SÃO PAULO

Como uma prefeitura em situação de penúria financeira, numa cidade de dimensões gigantescas, pressionada por diversas carências da população pobre, poderia enfrentar também o problema da exclusão digital? Há dois anos, a Prefeitura de São Paulo se propôs a responder essa questão.

A falta de acesso ao computador e à Internet não é apenas um aspecto da exclusão social, mas também um dos fatores que aumentam ainda mais a distância entre ricos e pobres. Numa metrópole como São Paulo, o problema torna-se crítico por questões de escala: são milhões de pessoas excluídas, muitas das quais sequer percebem o obstáculo que isso representa para o seu direito à cultura, ao



trabalho, à educação, à informação... enfim, à própria cidadania.

A solução encontrada pela prefeitura paulistana combina participação popular, parcerias com empresas e organizações da sociedade e utilização de *software* livre (que pode ser distribuído e alterado sem o pagamento de licenças e não requer equipamentos sofisticados).

Com essa combinação, a prefeitura criou em 2001 uma política de inclusão digital baseada na implantação de telecentros comunitários nas regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em agosto de 2003, a capital paulista contava com 61 telecentros, somando mais de 183 mil usuários cadastrados. A meta era chegar a 107 unidades até o final do ano e a 128 unidades em 2004. Entre 2001 e 2002, mais de 23 mil cidadãos haviam concluído o curso de informática básica.

Cada telecentro dispõe de 20 computadores, que funcionam em rede. Em geral, 15 desses equipamentos são reservados aos cursos de informática e os restantes ao uso livre. Nestes, o usuário tem direito a períodos de utilização entre 30 e 45 minutos, podendo, entre outras aplicações, fazer pesquisas escolares, elaborar currículo, navegar na Internet, receber e enviar mensagens pelo correio eletrônico e até jogar. Os critérios de utilização variam um pouco de um telecentro para outro, mas todos os serviços são gratuitos, inclusive a impressão dos arquivos.

Os monitores que ministram as aulas e orientam os usuários são contratados pela organização não-governamental *Rede de Informações do Terceiro Setor* (RITS) e recebem um treinamento especialmente concebido para o Programa. Em geral, são moradores das próprias regiões onde se localizam as unidades.

Uma opção barata

Alguns telecentros funcionam dentro de entidades sem fins lucrativos, que firmaram convênio com a Prefeitura. As entidades cedem o espaço e recebem uma verba mensal de R\$ 1.100 para a manutenção do telecentro, ficando responsável por sua gestão. Além de instalar os equipamentos, a Prefeitura fornece os monitores (por meio de convênio com a RITS), que são indicados pela própria entidade.

BETO GARAVELLO



TELECENTRO: SOFTWARE LIVRE
E CURSOS GRATUITOS

Há também telecentros instalados em Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas municipais de grande porte que oferecem uma série de serviços complementares às aulas.

Os telecentros administrados diretamente pela Prefeitura têm conselhos gestores eleitos entre membros da comunidade, usuários e funcionários. A coordenação do Programa pretende implantar conselhos também nas unidades conveniadas. Compostos geralmente por sete a nove membros, os conselhos têm um representante dos funcionários e um da subprefeitura. Os representantes populares muitas vezes são também conselheiros do Orçamento Participativo e de conselhos setoriais. Além de se definirem as normas de funcionamento dos telecentros, os conselhos gestores também têm papel fiscalizador, apontando deficiências e reivindicando a solução de problemas.

O Programa é gerido pela Coordenadoria do Governo Eletrônico (CGE), da Secretaria de Comunicação e Informação Social. A gestão envolve ainda equipes específicas para manutenção e suporte; capacitação de monitores; distribuição dos *software*, fornecimento de materiais e infra-estrutura. Existem dez supervisores regionais, que visitam os telecentros e fazem contato com as subprefeituras e com outros órgãos municipais da região. Há também equipes regionais de suporte e manutenção e, além dos monitores, cada telecentro conta com agentes técnicos.

O uso do *software* livre permitiu que os telecentros fossem implantados com máquinas de especificação mais simples, portanto mais baratas. Reduziu expressivamente o custo de gestão de rede e os custos de manutenção. Os responsáveis pela iniciativa estimam que conseguiram economizar R\$ 1 milhão em equipamentos e R\$ 14 milhões em licenças.

Para viabilizar essa opção tecnológica, a Prefeitura investiu em produção de conhecimento. Uma pequena equipe desenvolveu as ferramentas de conexão em rede, utilizando *software* livre como base. Ao invés de gastar com as licenças de uso dos programas, a Prefeitura





ra agora conta com sua própria versão do GNU/Linux e está em condições de distribuí-la gratuitamente para outras prefeituras e iniciativas de inclusão digital.

Revitalização na periferia

O custo de instalação de um telecentro, com a reforma do edifício público, é de cerca de R\$ 105 mil, chegando a R\$ 226 mil se o edifício tiver de ser construído. As instalações (equipamentos, mobiliário, comunicação visual e cabeamento) somam R\$ 44 mil. Os custos de operação totalizam cerca de R\$ 5.000 por mês, reduzindo-se a R\$ 1.100 para os telecentros conveniados.

Parte considerável do investimento foi obtido por meio de parcerias com empresas. A *Telefonica* doou equipamentos e mobiliário dos primeiros 19 telecentros; a *Telesp Celular (Vivo)* doou três telecentros, incluindo a construção; a *Comgás* doou mais cinco telecentros, também completos; a *Editora Conrad* doou equipamentos para montagem de biblioteca e sala de vídeo de um telecentro; o provedor de internet *IG* doou 300 mil contas de e-mail gratuito e a *SOS Computadores* doou o treinamento

em GNU/Linux para os funcionários da Coordenadoria do Governo Eletrônico.

No interior da administração municipal, as subprefeituras promovem a articulação entre os moradores de cada região. A companhia de habitação do município (COHAB) cedeu espaços e reformou 16 unidades. A Secretaria da Educação e a Secretaria de Assistência Social estão implantando telecentros em espaços sob sua responsabilidade.

Existe um telecentro especializado em atendimento de pessoas portadoras de deficiências, operado em convênio com uma associação. Um outro destina-se aos moradores de rua, funcionando 24 horas por dia

O Programa impulsionou a revitalização de áreas públicas degradadas na periferia da cidade, especialmente em conjuntos habitacionais. A instalação do telecentro significou a presença da Guarda Civil Municipal, a reforma de instalações abandonadas (algumas serviam ao tráfico de drogas), a chegada de outros serviços públicos e a criação de novos espaços de sociabilidade e encontro.

Existe um telecentro especializado
em atendimento de pessoas
portadoras de deficiências e outro
para os moradores de rua



Equipe do Programa Gestão Pública e Cidadania

Peter Spink (Diretor)
Marta Ferreira Santos Farah (Vice-diretora)
Fernando Guilherme Tenório e
Ricardo Bresler (Coordenadores
Acadêmicos)

Daniela Paschoal Sanches
Fabiana Paschoal Sanches de Moura
Fernanda Martinez de Oliveira
Hélio Batista Barboza
Ilka Camarotti
Jacqueline Isaac Machado Brigadão
Lília Asuca Sumiya
Marco Antonio Carvalho Teixeira
Marlei de Oliveira
Nathalie Perret
Paula Maciel Pedroti
Verena Pinto

Comitê Técnico

Agende - Ações em Gênero Cidadania
e Desenvolvimento
Marlene Libardoni

Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social (BNDES)
Marta Prochnik e Isis Pagy

Coordenação das Organizações Indígenas
da Amazônia Brasileira (COIAB)
Paulo Pankararu

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro
Laura da Veiga

Fundação Ford
Elizabeth Leeds

Geledes - Instituto da Mulher Negra
Sueli Carneiro

Instituto Socioambiental (ISA)
Beto Ricardo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
(NAEA / UFPA)
Edna M. Ramos de Castro

Núcleo de Estudos da Violência - USP
Nancy Cardia

Pólis - Instituto de Estudos, Formação
e Assessoria em Políticas Sociais
Silvio Caccia Bava

Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental da Universidade de
São Paulo (Procam-USP) /
Faculdade de Educação - USP
Pedro Jacobi

Universidade Federal da Bahia /
Núcleo de Pós-Graduação em
Administração (NPGA/EA - UFBA)
José Antonio Gomes de Pinho

Universidade Federal da Paraíba/
Programa de Pós-Graduação em
Administração (PPGA/ UFPB)
Humberto Marques Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul /
Programa de Pós-Graduação
em Administração (PPGA/ UFRS)
Luis Roque Klering

Universidade Federal Fluminense/ Viva Rio
Franklin Coelho

Visitas de Campo

Benvinda - Centro de Apoio à Mulher
Fernanda Martinez de Oliveira e
Gabriela Spanghero Lotta

Programa Paidéia de Saúde da Família
Eduardo de Lima Caldas e
Estevão Passos Eller

Sistema de Ouvidoria em Saúde
Pública do Estado
Alexandre Schneider

Desenvolvimento Sustentável da Maricultura
do Município de Florianópolis
Adriana Mariano e Melody Porsse

Humanização da Pena Privativa
de Liberdade
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

Programa de Manejo Agroambiental
em Microbacias do Rio Jiquiriçá
Antônio José Faria da Costa

Programa Campos Naturais Planalto
Serrano Catarinense
Fernando Monteiro e Diego Pedalino

Projeto de Pesquisa, Prevenção e
Intervenção sobre o Uso de Bebidas
Alcoólicas e Alcoolismo entre os
Kaingang da T. I. Apucarantina
Sílvia Salgado e Rafael D'Almeida Martins

Soro, Raízes e Rezas
Verônica Paulics e Pedro Paulo Piani

Biblioteca Itinerante
Lília Asuca Sumya

Projeto de Formação de Professores
do Parque Indígena Xingu
Sílvia Craveiro

Programa Democratizando o Conhecimento
sobre as Contas Públicas
Marco Antonio Carvalho Teixeira e
Fernanda Teles De Lima

Unidade Habitacional Acessível a Pessoas
Portadoras de Deficiência em Loteamentos
de Habitação de Interesse Social
Guilherme Henrique de Paula e Silva

Justiça Cidadã - Descentralizando a
Assistência Judiciária Municipal
Cristina Neme

Programa de Saúde Ambiental (PSA)
Drew Nelson

Classe Hospitalar do Hospital das Clínicas
Fernanda Teles de Lima e Kristin Lion

Programa Redes de Cooperação
Hélio Batista Barboza

Consórcio Lambari
Maria Castellano e Carlos Kraemer

Oficina-Escola de Artes e Ofícios
Paula Maciel Pedroti e Nathalie Perret Gentil

Telecentro - Plano de Inclusão
Digital e Cidadania
José Carlos Vaz e Fernando Coelho



Publicações

Cadernos Gestão Pública e Cidadania

Volume 1: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 629 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1996 – Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 1997.

Volume 2: Criação do Capital Social: o caso da Asmare – Pedro Jacobi e Marco Antonio Carvalho Teixeira, 1997.

Volume 3: Desafio e Inovação em Políticas Públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco – Laura Veiga, Bruno Lazarotti Diniz Costa e Carla Bronzo Ladeira Carneiro, 1997.

Volume 4: Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil – Marta Ferreira Santos Farah, 1997.

Volume 5: Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador – José Antônio Gomes de Pinho, MerceJane Santana e Sonia Cerqueira, 1997.

Volume 6: Estudo Comparativo de Resultados Alcançados por Programas na Área de Saúde – Humberto Marques Filho, 1997.

Volume 7: Gestão Pública e Cidadania: metodologias participativas em ação – Fernando Guilherme Tenório e Jacob E. Rozenberg, 1997

Volume 8: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 297 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1997 – Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 1997.

Volume 9: Avaliação da Importância de Atributos de Projetos de Desenvolvimento Inovadores – Luis Roque Klering, Roberto Costa Fachin e Zilá Mesquita, 1997.

Volume 10: Relatório sobre as Experiências Semifinalistas do Programa Gestão Pública

e Cidadania - Ciclo de Premiação 1997 – Fernando Guilherme Tenório e Augusto P. G. Cunha, 1997.

Volume 11: PROVE: uma experiência de implantação de microempresas agroindustriais – Humberto Marques Filho e Dilma Maria Guedes, 1998.

Volume 12: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 631 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1998 – Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Carlos Eduardo Evangelisti Mauro e Patrícia Laczynski (org.), 1999.

Volume 13: Programas para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: a complexidade do objeto e a dimensão institucional – Bruno Lazarotti Diniz Costa, Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Carlos Aurélio Pimenta de Faria, 1999.

Volume 14: Uma Releitura dos Programas Selecionados nos Ciclos de Premiação de 1996 e 1997 – Humberto Marques Filho e André Luiz Felisberto, 1999.

Volume 15: A Sociedade é Protagonista na Relação com o Estado? – Fernando Guilherme Tenório e Gylcilene Ribeiro Storino, 2000.

Volume 16: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 888 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1999 – Patrícia Laczynski, Sabrina Addison Baracchini e Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão (org.), 2000.

Volume 17: The Rights Approach to Subnational Government: the experience of the public management and citizenship program – Peter Spink, 2000.

Volume 18: Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais – Marta Ferreira Santos Farah, 2000.

Volume 19: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar:

apresentação dos 946 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2000 – Marta Ferreira Santos Farah, Patrícia Laczynski, Paulo Jábali Júnior e Odélio Rodarte Arouca Filho (orgs.), 2000.

Volume 20: O Governo Municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90 – José Antônio Gomes de Pinho e Mercejane Wanderley Santana, 2000.

Volume 21: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 727 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2001 – Peter Spink, Patrícia Laczynski e Francine Lemos Arouca (orgs.), 2002.

Volume 22: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 981 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2002 – Peter Spink, Francine Lemos Arouca e Marco Antônio Carvalho Teixeira (orgs.), 2003.

Volume 23: Informação, transparência e cidadania - o controle da execução orçamentária pelo cidadão – Peter Spink, 2003

Volume 24: Projeto Saúde e Alegria: um ensaio crítico – Mônica Mazzer Barroso, 2003.

Volume 25: The Brazilian Public Management and Citizenship Program: an Overview – Marta Farah e Peter Spink, 2003.

Volume 26: Estudo da Continuidade dos Projetos Educacionais do Município de Icapuí – Gabriela Lotta e Rafael Martins, 2003.

Volume 27: Análise da atuação institucional do Poder Judiciário e de agentes afins – Daniel Strauss, 2003.

Volume 28: Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania – Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazarotti Diniz Costa, 2003.

Volume 29: Tributação e política fiscal

no nível municipal um estudo de caso: o programa de fortalecimento financeiro do Município de Vitória da Conquista – Fernanda Telles de Lima e Sílvia Craveiro, 2003.

Volume 30: Análise dos Projetos da Área Legislativa inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania – Fernando Machado, 2003.

Volume 31: Mitos e Realidades sobre a Inclusão Social: Participação Cidadã e Desenvolvimento Local – Sílvia Caccia Bava, 2003.

Volume 32: Innovations in Government from around the World – Peter Spink e Jacqueline Brigagão, 2003.

Volume 33: A Administração Pública Brasileira Inovando a Forma de Governar: apresentação dos 1156 programas inscritos no Ciclo de Premiação 2003 – Peter Spink, Lília Asuca Sumiya, Marco Antônio Carvalho Teixeira e Paula Maciel Pedroti (orgs.), 2003.

Outras publicações

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. SPINK, Peter e CLEMENTE, Roberta (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1996.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1997.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania - 1998. FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos (org.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1998.

Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania. FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1999.



Publicações

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2000.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2001.

SPINK, PETER e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2001.

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2002.

LOTTA, Gabriela Spanghero; BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio e PINTO, Verena (orgs.). Estudo das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2002.

Descobrimos o Brasil Cidadão – 1999.

FARAH, Marta Ferreira Santos, SOARES, Ana Paula Macedo, BARBOZA, Hélio Batista Barboza e FUJIWARA, Luis Mário. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 1999.

Histórias de um Brasil que Funciona.

FARAH, Marta Ferreira Santos, BARBOZA, Hélio Batista Barboza e FUJIWARA, Luis Mário. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2000.

Histórias de um Brasil que Funciona - 2001.

SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2001.

Histórias de um Brasil que Funciona - 2002.

SPINK, Peter e BARBOZA, Hélio Batista Barboza. Descrição das 20 experiências finalistas do ciclo de premiação 2002.

Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Construção de Relações Socioeconômicas.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Estudo de 5 entre as 10 experiências escolhidas em 1999 pelo subprojeto Práticas Públicas e Pobreza.

Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Implementação de Políticas Sociais.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Estudo de 5 entre as 10 experiências escolhidas em 1999 pelo subprojeto Práticas Públicas e Pobreza.

Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Estudo de 10 experiências escolhidas em 2000 pelo subprojeto Práticas Públicas e Pobreza.

Estratégias Locais para Redução da Pobreza: Construindo a Cidadania.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Apresentação de experiências e debates do ciclo de oficinas realizado em 1998 e 1999 pelo Projeto Práticas Públicas e Pobreza. 2ª Edição, 2003.

O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Análise do conceito de pobreza, dados numéricos sobre a situação brasileira e propostas de como erradicá-la. Realizado em parceria com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Governo local e desigualdades de gênero.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Reúne experiências apresentadas no fórum de discussão Governo Local e Desigualdades de Gênero, realizado nos dias 10 e 11 de junho de 2002, em São Paulo. Editora Annablume. Edição bilingüe (português e espanhol).

Publicações Práticas Públicas e Pobreza

Estratégias Locais para Redução da Pobreza: Construindo a Cidadania. CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (orgs.). Relatório final do ciclo de oficinas realizados em 1998 e 1999 pelo subprojeto Práticas Públicas e Pobreza.

Vídeos

Novos Caminhos para uma Gestão Pública com Cidadania. (1998) Apresenta o Programa e estuda as tendências de inovação observadas nos governos subnacionais através de diversos exemplos de experiências dos ciclos de premiação de 1996 e 1997.

Série Brava Gente Brasileira (1999).

Panorama de programas em diferentes áreas temáticas, produzido pela TV Futura.

Apresentando o Programa Gestão Pública e Cidadania. (2001) Apresentação geral do Programa e seus objetivos.

Finalistas do Ciclo de 1999. (2001) Panorama dos programas finalistas do ano de 1999.

Construindo Cidadania. (2001) Introdução ao Programa; a administração pública na ótica dos direitos humanos; cidadania política e cidadania social; tendências observadas nos programas inscritos; exemplos de projetos selecionados entre os finalistas de 2000; depoimentos: onde estamos na conquista da cidadania dentro do espaço público?

Combate à Pobreza na Gestão Pública.

(2001) Quadro de pobreza no Brasil; análise do conceito de pobreza; a importância das parcerias e alianças; programas de combate à pobreza e formação de parcerias reunidos no banco de dados; exemplos de projetos selecionados entre os finalistas de 2000; apresentação de depoimentos referentes ao tema: as experiências de parceria alteram a responsabilidade de governos na prestação de serviços?

Parcerias, Pobreza e Cidadania. Apresenta três iniciativas estudadas pelo Projeto Práticas Públicas e Pobrezas: APAEB de Valente (BA), Programa SISAR (CE), e o ASMARE, de Belo Horizonte (MG).

Série Práticas Públicas em Construção. (2003)

Levar temas e práticas inovadoras para a pauta de discussão da agenda pública municipal é o objetivo desta série. Os quatro primeiros vídeos da série já estão disponíveis:

1 - Violência contra a mulher – sem medo de meter a colher, mostra um conjunto de ações desenvolvidas no município de Camaragibe (PE), destinadas às mulheres em situação de risco social ou vitimadas por qualquer tipo de violência;

2 - Agricultura Familiar – tradição que tem futuro, retrata três iniciativas que buscam o

desenvolvimento socioeconômico local por meio da agricultura familiar e comunitária. Ilustram este tema o Programa de Verticalização da Produção Agrícola do Pantanal (MS), o Fundo Municipal de Aval de Poço Verde (SE) e o Projeto Castanha (AP);

3 - Consórcios Municipais – a descoberta do conjunto, ilustra as soluções advindas do consorciamento de 15 municípios no Maranhão (Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento, CINPRA) e de três municípios catarinenses, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre (Consórcio Quiriri), que reuniram esforços na preservação ambiental.

4 - Gestão Participativa – uma proposta, vários caminhos, apresenta o Programa Sobral Criança (CE) e o Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS), experiências que ilustram alternativas possíveis para a implementação de formas de participação da sociedade na administração pública.

Programas de rádio

Buscando Soluções - O Brasil Trocando Idéias (1999) – disponível em 3 CDs

Buscando Soluções - Sempre Uma Boa Idéia no Ar - Supermercado Mesa Pronta (2001) – disponível em 3 CDs

Buscando Soluções - Supermercado Mesa Pronta – CD duplo (2001/2002)

Buscando Soluções - Supermercado Mesa Pronta (2003/2004)

Buscando Soluções - Sempre Uma Boa Idéia no Ar – CD triplo (2003/2004)

Páginas na Internet

Programa Gestão Pública e Cidadania:
<http://inovando.fgvsp.br>

Banco de Dados de Fomento Social:
<http://fosocial.fgvsp.br>

